



REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO
**PLANO DIRETOR
DO MUNICÍPIO DE
BONITO – MS**

RELATÓRIO TÉCNICO 11
**A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE BONITO: TERRITÓRIO,
PRÁTICAS SOCIAIS E SENTIDO DE PERTENCIMENTO**

CAPA

A composição visual da capa tem início na base, onde está localizado o logotipo do Plano Diretor de Bonito (MS). Essa faixa inferior apresenta uma coloração terrosa, inspirada na calcita, remetendo ao solo cárstico característico da região. A superfície é marcada por fissuras que simbolizam os rios subterrâneos que percorrem o subsolo de Bonito (MS), elementos essenciais de sua paisagem natural. Essas fissuras se estendem até a parte central da capa, agora sobre um fundo verde, evocando a vegetação e os espaços naturais do município. É nesse espaço central que se posiciona o título do documento, sobreposto a uma representação da malha hidrográfica de Bonito (MS), ilustrando de forma contínua a relação entre solo, água e território. Logo acima, uma faixa apresenta grafismos inspirados nas três principais etnias originárias da região — Kadiwéu, Kinikinau e Terena —, em reconhecimento aos primeiros habitantes e à diversidade cultural do município.

A imagem evoca uma memória suspensa no tempo, em que o boiadeiro e seu cavalo avançam por um território aberto, fundindo corpo, trabalho e paisagem em um mesmo ritmo ancestral. A vegetação difusa e o campo sem limites rígidos sugerem um Cerrado em transição, marcado mais pela circulação e pelo uso do que pela propriedade formal. A árvore isolada e o céu amplo funcionam como testemunhas silenciosas das travessias que moldaram o território. O caminho não aparece como traçado físico, mas como presença simbólica, inscrita no movimento e na direção do olhar. A cena traduz a fusão entre o rural e o urbano em formação, típica das rotas boiadeiras. Mais do que uma paisagem natural, a imagem expressa um território vivido, construído social e historicamente pela mobilidade, pela memória e pelo pertencimento.

Autoria do texto e imagem: Jonas Godinho e Julio César de Araújo;

Foto: Equipe Técnica do Plano Diretor, maio 2025.



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



Instituto Virtual Internacional
de Mudanças Globais
COPPE / UFRJ



APRESENTAÇÃO

O Relatório Técnico 11, intitulado **A Construção Histórica de Bonito: Território, Práticas Sociais e Sentido de Pertencimento**, apresenta uma análise crítica dos processos históricos, sociais e simbólicos que conformaram o território do município de Bonito (MS). O documento integra a Etapa 2 — Leituras, do processo de Revisão e Atualização do Plano Diretor, com o objetivo de subsidiar políticas públicas mais justas e sensíveis às múltiplas territorialidades e memórias locais.

Avenida Pedro Calmon s/n - Bloco P, P/4

Cidade Universitária, Ilha do Fundão

Rio de Janeiro – RJ | CEP: 21941-596

contato@ivig.coppe.ufrj.br

<https://ivig.coppe.ufrj.br/>

RESPONSÁVEIS PELO CONVÊNIO

Concedente Jaime Elias Verruk, Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul (SEMADESC)

Convenente Roberto De Andrade Medronho, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Interveniente Alberto Felix Antônio da Nobrega, Fundação de Universitária José Bonifácio (FUJB)

Fiscal do Convênio Hemilly Thalia Ferreira da Silva (SEMADESC)
Concedente

Fiscal do Convênio Neilton Fidelis da Silva (UFRJ)
Convenente

Fiscal do Convênio Júlio Martins (FUJB)
Interveniente



COORDENAÇÃO GERAL

SEMADESC - Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul

Jaime Elias Verruck Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul

Artur Henrique Leite Falcette Secretário Executivo de Meio Ambiente e de Secretário Adjunto de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação

Ana Cristina Trevelin Superintendente de Gestão de Ativos Ambientais

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO (MS)

Josmail Rodrigues Prefeito

Juliane Ferreira Salvadori Vice-Prefeita/ Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico

IVIG / UFRJ - Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Marcos Aurélio V. Freitas, D Sc Coordenador IVIG, Geógrafo

Mário Moraes, D Sc Coordenador Executivo, Biólogo Marinho

Fábio Bitencourt, D Sc Coordenador da Revisão do Plano Diretor, Arquiteto e Urbanista

Natália B. Carvalho, D Sc Coordenação dos Estudos da Água, Bióloga

EQUIPE TÉCNICA

IVIG / UFRJ

- Fábio Bitencourt, D Sc** Coordenador da Revisão do Plano Diretor, Arquiteto e Urbanista
- Vania Sanches, D Sc** Historiadora
- Isabel Muzi, M Sc** Arquiteto e Urbanista
- Marlise de Aguiar, D Sc** Arquiteto e Urbanista
- Danilo Lobato Crelier** Arquiteto e Urbanista
- Celso Hugo Girafa** Arquiteto e Urbanista
- Jonas Godinho, M Sc** Arquiteto e Urbanista
- Julio César de Araújo** Arquiteto e Urbanista

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO (MS)

- Thyago Sabino** Secretário Municipal de Meio Ambiente
- Helia Mara Sanches Cardoso** Assistente Administrativo e Chefe de Divisão de Arborização Urbana da Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Aline Barbosa Giurizzatto** Chefe de Saneamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Valdenir Roberto de Souza** Diretor de Departamento de Gestão e Conservação Ambiental
- Lucas Kazu Yanai** Chefe da Divisão de Educação Ambiental
- Osmar Jacques Teixeira** Diretor de Departamento de Cadastro e Tributação
- Elias de Oliveira Francisco** Diretor de Turismo
- Cristalvo Freitas Campos** Diretor do Departamento de Trânsito e Mobilidade

NÚCLEO GESTOR

Presidente Jaime Elias Verruk

Vice-presidente Juliane Ferreira Salvadori

Coordenador Thyago Sabino

COLABORADORES

IVIG / UFRJ

Sylvia Meimardou Rola, D Sc Coordenadora do Laboratório de Arquitetura e Cidades - LabArc IVIG, Arquiteta e Urbanista

Vania Maria Ducap , D Sc Arquiteta e Urbanista

Luiz Henrique Alves da Silva, M Sc Geógrafo

Cláudia da Cruz Lima Gonçalves Assistente Administrativo

Rosana Silva de Brito Pereira Assistente Administrativo

José Luiz Moreira Cardoso Suporte Operacional

Roberto dos Santos Cordeiro Assistente Técnico

Luiz Filipe Viana da Silva Gerente de Redes

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO (MS)

Osmar Prado Pias Procurador Jurídico do Município

Jary Souza Neto Filho Secretário de Governo

Ana Carolina Colla Secretaria de Saúde

Leila Rodrigues Secretaria de Assistência Social

Eliana Maria Rafael Fregatto Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Madson Rodrigues Cunha Secretário Municipal de Obras

Edilberto Cruz Gonçalves Secretário de Administração e Finanças

Lelo Marchi Diretor de Departamento de Cultura

José Sanches Cavalheiro (Zézão) Diretor do Departamento Municipal de Urbanismo, Habitação e Regularização Fundiária

Versões

REVISÃO	DATA	OBSERVAÇÃO
ROO	19/12/2025	Emissão Inicial

Sumário

1. INTRODUÇÃO	6
1.1. Contextualização.....	7
1.2. Metodologia	9
2. O ESPAÇO ORIGINAL E O TRATADO DE TORDESILHAS	10
3. OCUPAÇÃO COLONIAL E PRIMEIROS ASSENTAMENTOS.....	16
3.1. Construção identitário sul-mato-grossense	23
3.1.1. No século XIX	23
3.1.2. No século XX	25
3.1.3. Vínculos históricos da região	26
4. DA TERRA AO LUGAR: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL	30
4.1. Núcleo da Formação Urbana	32
4.2. Estrada Boiadeira.....	44
4.3. Clube do Laço Nabileque.....	48
4.4. Sinhozinho	51
4.5. Silvino Jacques	56
4.6. Grutas	59
5. TERRITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO: CONTEMPORANEIDADES E DESAFIOS	63
6. CONCLUSÃO.....	66
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
8. REFERÊNCIAS	69
8.1. Referências Bibliográficas.....	69
8.2. Páginas Eletrônicas Institucionais	72

9. APENSOS.....73

9.1. Fotografia Original do Mapa das posses denominadas São Luis, Figueira e Bonito (c. 1870-1885)	73
9.2. Camadas Temporais do Núcleo Urbano de Bonito (MS)	74
9.3. Estrutura histórica dos capítulos	75
9.4. Conflitos Territoriais Contemporâneos e Indicadores para o Plano Diretor de Bonito (MS).....	77
9.5. Considerações Analíticas.....	78
9.6. Recomendações para uso no Plano Diretor	80

81

1. Introdução

O Relatório Técnico 11: A Construção Histórica de Bonito - Território, Práticas Sociais e Sentido de Pertencimento apresenta uma leitura crítica e aprofundada sobre os processos históricos que conformaram o território de Bonito, Mato Grosso do Sul. A partir de uma abordagem materialista histórica e relacional, o estudo articula dimensões econômicas, políticas, simbólicas e culturais para compreender as transformações espaciais e os sentidos de pertencimento no município. A análise evidencia que a conformação territorial de Bonito (MS) é resultado de sucessivas disputas materiais e simbólicas, que envolvem desde as territorialidades originárias dos povos Terena e Kadiwéu até os impactos contemporâneos do ecoturismo e da especulação imobiliária.

Este Relatório foi elaborado pela equipe técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por meio do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais (IVIG), em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEMADESC), com suporte administrativo da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB) e com apoio da Prefeitura Municipal de Bonito (MS). O projeto é viabilizado pelo Convênio nº 1729/2024 e tem como base o trabalho do Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Decreto Estadual nº 16.336/2023.

O presente Relatório integra-se aos produtos previstos na Etapa 2 — Leituras, fortalecendo o compromisso do processo com a escuta das múltiplas vozes e experiências territoriais que compõem a história local. Ao evidenciar as camadas de memória, conflito, resistência e transformação presentes no território bonitense, este documento subsidia a formulação de um Plano Diretor sensível às desigualdades históricas, às territorialidades plurais e às possibilidades emancipatórias que emergem da construção coletiva do espaço.

1.1. Contextualização

A conexão entre a formação do núcleo urbano de Bonito, uma cidade turística famosa por suas belezas naturais localizada no estado brasileiro de Mato Grosso do Sul, o Tratado de Tordesilhas e a Guerra do Paraguai, tem particularidades históricas que as aproximam em diversas circunstâncias dos seus muitos eventos constitutivos. A própria história da região não pode ser compreendida apenas como uma sucessão de fatos cronológicos pois sua análise exige uma abordagem que articule a constituição material e simbólica do território, revelando os processos históricos, humanos e sociais que moldaram sua paisagem e identidade.

Ao mesmo tempo, importante observar que sua origem pode ser vista também próxima “à *história da cidade de Miranda, e as suas origens mais distantes vinculam-se à história dos povos indígenas Guaicuru, como ainda ao passado colonial luso-castelhano e à antiga vila de Miranda*” (Costa, 2010, p. 18). Fatos resultantes da mobilidade humana que pode ser motivada por fatores sociais, econômicos e até climáticos em sua dependência do meio ambiente para sobrevivência.

Um complexo de referenciais que vão se encontrar com a memória mais recente das grandes fazendas, ou em sua formação ainda no período colonial, e nos eventos subsequentes como a partir da implantação das fazendas de gado, desde a Guerra do Paraguai e que fez a região ser palco de conflitos entre os nativos Guaicuru e os lusocastelhanos. Esses conflitos sempre estiveram presentes desde o passado colonial sul-mato-grossense, mas importante destacar que contribuíram objetivamente na sua ocupação e formação (Behr, 2024; Carmo, 2019; Magalhães, 2010; Costa, 2010).

A formação territorial de Bonito não se inicia com a colonização agrária ou com o turismo contemporâneo: ela remonta às territorialidades indígenas dos povos Guaicuru, Terena e Kadiwéu, cujas formas de organização social, cosmologia e manejo do espaço desafiam a lógica ocidental de apropriação. A ausência de referências sólidas e concretas desses saberes e práticas, no entanto, constitui

uma das expressões históricas a serem resgatadas na cultura do território contemporâneo.

Bonito também pode ser compreendido como uma expressão concreta de apropriação territorial, articulando dimensões econômicas, políticas, culturais e simbólicas de determinados períodos da história sobretudo a partir da segunda metade do século XIX.

Infere-se, portanto, que Bonito não é concebido como um local que fosse um mero suporte físico ou uma paisagem natural, mas como uma construção social contínua — como demonstra o pesquisador Clementino (2022), ao abordar as transformações dos significados atribuídos à paisagem ao longo de gerações. As condições materiais de vida, os processos produtivos, os mecanismos de dominação, as estratégias de resistência e os vínculos simbólicos são centrais na conformação desse território. O pertencimento é concebido como uma construção histórica enraizada nas práticas territoriais, e não como uma essência ou origem natural (Thompson, 1981; Santos, 2006).

Nesse contexto, o turismo será aqui observado também à luz de suas contribuições e de seus impactos socioambientais, da mercantilização da natureza e das contradições geradas em comunidades tradicionais e áreas protegidas. A análise será sustentada por dados empíricos e por abordagens críticas ao ecoturismo como instrumento de universalização da imagem dos seus representativos recursos hídricos e do controle simbólico do território.

Do mesmo modo, as desigualdades territoriais serão analisadas com atenção às intersecções de classe, raça e gênero, considerando como diferentes grupos sociais vivenciam formas distintas de acesso à terra, à moradia e aos recursos naturais. As relações históricas de poder que marcam o território não se expressam apenas na esfera econômica, mas também no plano das representações, das identidades e das eventuais exclusões simbólicas.

Por fim, a obra de Osmar Jacques Teixeira (2011) será incorporada como fonte empírica central para compreender a atuação do mercado imobiliário, os loteamentos irregulares e os efeitos da especulação sobre a forma urbana e a disputa pelo solo. Sua análise contribuirá para compreender o tensionamento

das dinâmicas recentes da cidade e para fortalecer a crítica às formas hegemônicas de produção do espaço.

1.2. Metodologia

A metodologia adotada combina análise historiográfica, leitura crítica de fontes documentais e cartográficas, registros orais e referenciais locais. São mobilizados estudos regionais como o da historiadora Patrícia G. G. da Costa (2010), que investiga as transformações identitárias no contexto do turismo em Bonito, e relatos históricos como os de Firmino de Barros (1976), fundamentais para recuperar a memória social da institucionalização do município.

A estrutura do presente trabalho está dividida em quatro seções e considerações finais:

- I. A primeira trata do espaço original e dos impactos do Tratado de Tordesilhas;
- II. A segunda aborda os marcos da ocupação colonial e primeiros assentamentos;
- III. A terceira traduz a passagem do território físico (terra) para o espaço vivido e simbólico (lugar);
- IV. A quarta examina os efeitos da modernização e os conflitos em torno do uso do território;
- V. A parte final apresenta as considerações sobre abordagens da história, das pessoas, ambientes e o território que moldam a identidade do lugar atual.

Ao enfocar a materialidade das relações sociais, as territorialidades originárias, as exclusões interseccionais e as disputas simbólicas pelo território, este capítulo busca fundamentar um Plano Diretor sensível às temporalidades locais, às contradições do desenvolvimento e às potências de um pertencimento historicamente construído.

2. O Espaço Original e o Tratado de Tordesilhas

Antes de se constituir como município e polo turístico de relevância nacional, Bonito integrava um complexo mosaico de territorialidades indígenas, trajetórias coloniais incertas e delimitações geopolíticas ambíguas. Como reforça a análise memorialística das pesquisas elaboradas por Júlia Clementino (2022) e pela historiadora Patrícia Costa (2010), a percepção do território nesse período era marcada por narrativas fragmentadas e experiências de fronteira vividas entre o Vale e a Serra, resgatando a diversidade de olhares e vivências sobre o espaço que hoje forma o município.

Para compreender os fundamentos históricos de seu território, é necessário retornar ao período anterior à ocupação luso-ibérica efetiva, marcado pela presença de povos originários e pelas disputas entre os impérios ibéricos no contexto da colonização da América.

Em um espaço marcado pela rica tapeçaria de ocupações indígenas, disputas coloniais e desbravamentos que remontam ao século XVI é “*que se materializou a cidade de Bonito, cuja origem se situa num tempo de ocupação, conquistas, conflitos entre assuncenhos/espanhóis e nações indígenas, entre elas, os Guaicuru*” (Costa, 2010, p. 60). Embora antes do período colonial “*praticamente toda a porção ocidental do atual estado de Mato Grosso do Sul era habitada pelos índios Guaicuru, região que serviu de cenário para disputas de terras entre Portugal e Espanha*”. Porém, a região tornou-se mais conhecida e desbravada após a expedição comandada pelo conquistador espanhol Alvar Nuñez Cabeza de Vaca em 1542, em sua segunda expedição pelas Américas quando penetrou pelo rio Paraguai, Pantanal e Chaco logo após ter sido nomeado governador do Rio da Prata (atual região do Paraguai e Argentina).

Figura 1 - Tribo Guaicuru em Busca de Novas Pastagens, 1823.



DEBRET, Jean-Baptiste. *Tribo Guaicuru em busca de novas pastagens*. Aquarela sobre papel, c.i.e. 15,70 cm x 21,80 cm. Museus Castro Maya – IPHAN/MinC (Rio de Janeiro, RJ). Foto de Pedro Oswaldo Cruz. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/110696-tribo-guaicuru-em-busca-de-novas-pastagens>. Acesso em: 16 out. 2025.

Os relatos posteriores de Cabeza de Vaca, publicados na Europa no século 16, criaram e difundiram a imagem de uma região banhada pelo Rio Paraguai, abundante em alimentos, habitadas por tribos indígenas possuidores de metal. Para alguns historiadores e pesquisadoras, a região também era “*densamente povoada por um painel variado de comunidades indígenas, abrigando milhares de indivíduos. Dentre estes indígenas, os mais numerosos eram os filiados à família Guarani do tronco tupi-guarani*” (Costa, 2010, p. 62). Dentre estas tribos estavam os Aruake e os Guaicuru que não foram colonizados pelos portugueses, mas tiveram relevante participação na Guerra do Paraguai, conforme destaca o historiador.

A região onde hoje se localiza o município de Bonito estava inserida em territórios tradicionais de diferentes povos indígenas guaicuru, como os Terena e os Kadiwéu (Mbaya-GuaíKuru), conforme apresentado nas litografias da Figura 1 e da Figura 2, que se destacaram entre suas tribos e eram “*Conhecidos como ‘índios cavaleiros’, por sua destreza na montaria, guardam em sua mitologia, na*

arte e em seus rituais o modo de ser de uma sociedade hierarquizada entre senhores e cativos" (Costa, 2010, p. 66).

Figura 2 - “Charge de cavalerie Gouaycouros” [Ataque da cavalaria Guaicuru].



DEBRET, Jean Baptiste. [*Título não informado*]. Lith. de Ch: Motte. Reprodução em fac-símile da edição original de Firmin Didot Frères, Paris, 1834. Litografia, color., 36,5 x 55,5 cm. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: <https://atom-mhn.museus.gov.br/downloads/jean-baptiste-debret-2.pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.

Estes indígenas cujas formas de habitar e manejar o espaço expressavam lógicas territoriais profundamente integradas aos ciclos naturais (Figura 1 e Figura 3) assim como à mobilidade sazonal e ao pertencimento coletivo. Essas territorialidades envolviam não apenas a ocupação física, mas sistemas cosmológicos complexos, redes de parentesco, rituais de troca e formas coletivas de manejo ambiental sustentáveis. Para Carneiro da Cunha (1992), Fausto (2001) e Pacheco de Oliveira (2016), o território indígena é extensão do corpo, da memória ancestral e da espiritualidade, constituindo uma espacialidade viva e relacional entre humanos e não humanos.

Figura 3 - “Chef de Gouaycourous partant pour commercer avec les européens” / [Chefe dos Guaicuru partindo para comercializar com os Europeus]

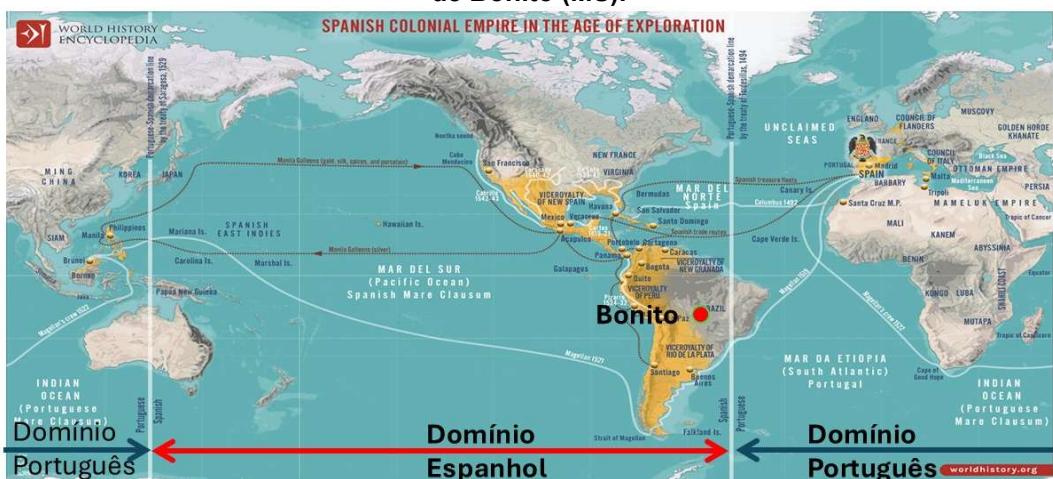


DEBRET, Jean-Baptiste – Paris, 1834. Litografia; color: 36,5 x 55,5 cm. Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: <https://atom-mhn.museus.gov.br/downloads/jean-baptiste-debret-2.pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.

Além das entradas e bandeiras paulistas, que avançaram sobre os sertões com fins econômicos, religiosos, especialmente jesuítas, exerceram papel ambíguo na territorialização colonial: ora atuando como mediadores interculturais, ora como agentes da pacificação e disciplinamento indígena. Como demonstram Monteiro (1994) e Clastres (2004), a missão religiosa funcionava como forma de domesticação simbólica e espacial, reorganizando as formas originárias de ocupação territorial.

O marco geopolítico do Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494 entre Portugal e Espanha, atribuiu à Coroa portuguesa a porção oriental do novo continente, enquanto a região que hoje compreende Bonito teoricamente pertenceria à zona espanhola, Figura 4. No entanto, como assinala Alencastro (2000), a eficácia do Tratado foi bastante limitada diante da dinâmica expansiva da colonização lusa, impulsionada pelas incursões em busca de mão de obra indígena e recursos naturais (Holanda, 1976). As fronteiras coloniais foram marcadas por sobreposições, conflitos e ambivalências estruturais.

Figura 4 - Limites do Tratado de Tordesilhas, 1494. Incluindo a localização aproximada de Bonito (MS).



Fonte: Adaptado de World History Encyclopedia. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/uploads/images/14411.png?v=1759975448-1754193743>. Acesso em: 16 out. 2025.

A fluidez dessas fronteiras, registrada em mapas de época e relatos de viajantes, não deve ser interpretada como desordem, mas como expressão de uma territorialidade plural, onde coexistiam diferentes regimes de apropriação, mobilidade e controle. Como argumenta Braudel (2008), o Estado colonial se manifestava de forma intermitente e descontínua, enquanto os atores locais (indígenas, bandeirantes, religiosos, posseiros) reconfiguravam constantemente as fronteiras vividas. A cartografia, nesse contexto, não apenas representava o território, mas o produzia como instrumento de poder e dominação. Como analisa Harley (1989), os mapas coloniais operavam como “discursos técnicos” que legitimavam expropriações e apagamentos simbólicos.

A penetração portuguesa na região centro-oeste se deu por meio de dispositivos materiais e jurídicos de ocupação, como a concessão de sesmarias, a fundação de povoados e a instalação de fazendas. Essas práticas, frequentemente legitimadas a posteriori, mostram que a territorialização colonial não foi um processo estatal racionalizado, mas uma construção histórica em que predominaram iniciativas locais, informais e frequentemente violentas. Como aponta Thompson (1981), é na tensão entre estrutura e agência que se forja a experiência histórica concreta.

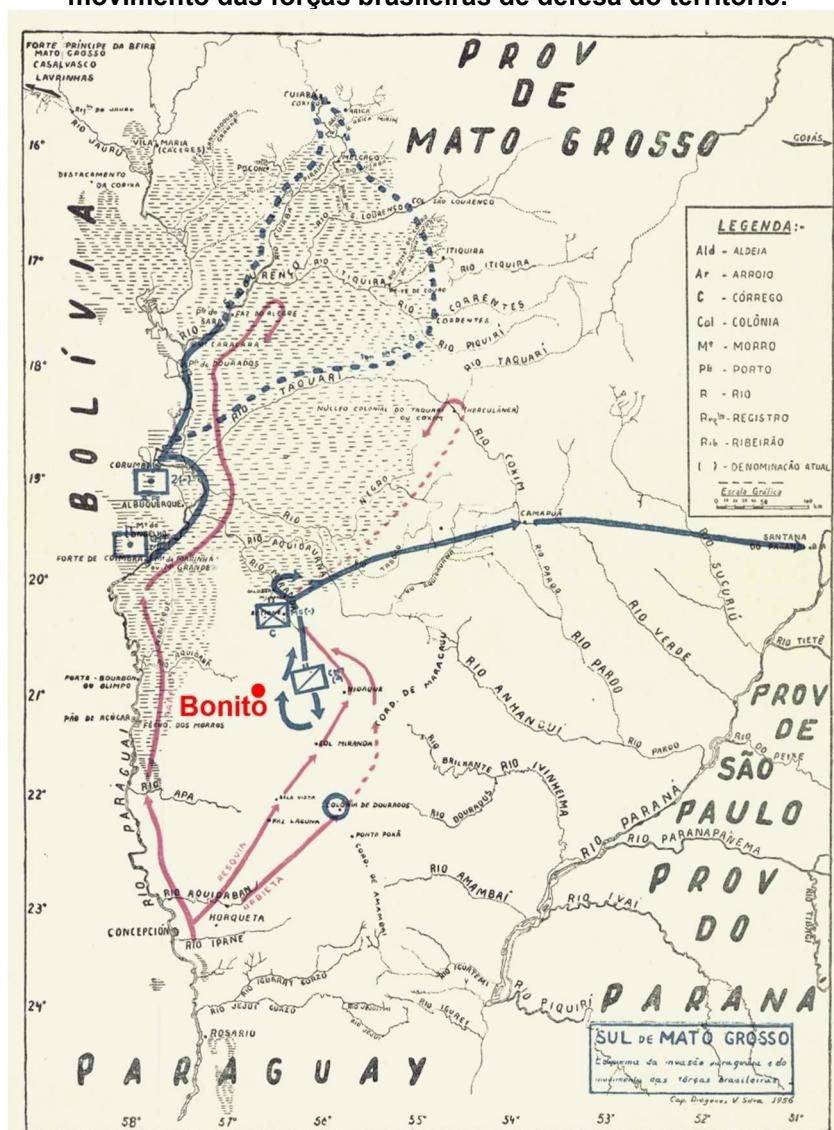
Pode-se afirmar, assim, que a região que viria a ser Bonito já era, no período colonial, um espaço em disputa. Sua configuração territorial resulta da

confluência entre geografia física, cosmologias indígenas, interesses econômicos coloniais e rationalidades espaciais concorrentes. As marcas desse processo ambíguo permanecem na estrutura fundiária, nas disputas por terra e nos apagamentos da memória originária, expressando o que Quijano (2000) denomina de “*colonialidade do poder*”. O território local não emergiu de maneira pacífica, mas foi historicamente construído por meio de lutas materiais e simbólicas em torno do controle, da permanência e do pertencimento. Como argumenta Milton Santos (1996), a geopolítica interna do território nacional expressa, até hoje, as hierarquias herdadas do processo colonial.

3. Ocupação Colonial e Primeiros Assentamentos

O processo de ocupação da região de Bonito, como parte integrante da dinâmica colonial no interior do Brasil, esteve fortemente vinculado às necessidades materiais da expansão econômica portuguesa. No contexto do século XVIII, o interior sul-mato-grossense passou a ser progressivamente incorporado à lógica colonial por meio da instalação de fazendas, da circulação de tropeiros e da concessão de sesmarias a particulares interessados em explorar a terra e seus recursos. Esse movimento não se deu de maneira homogênea ou pacífica, mas sim por meio de sucessivos confrontos com populações indígenas, expropriações violentas e disputas internas pela posse da terra (Behr, 2024; Pacheco de Oliveira, 2016; Costa, 2010; Prado Júnior, 2011).

Figura 5 - Mapa esquemático do Sul de Mato Grosso durante a 1ª invasão paraguaia e o movimento das forças brasileiras de defesa do território.



Fontes: Tasso Fragoso, Augusto (Gral.): História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. Cartas e esboços. Rio de Janeiro, Bib. do Exército, 1956 (1ª ed.: 1934).

Disponível em: <https://imagoteca.com.py/sul-de-mato-grosso-esquema-da-invasao-paraguai-e-do-movimento-das-forcas-brasileiras/>. Acesso em: 16 out. 2025.

O século XIX traz a grande movimentação e deslocamentos humanos decorrentes dos conflitos relacionados à Guerra da Tríplice Aliança (evento mais conhecido com a Guerra do Paraguai) e à Retirada da Laguna como parte do estratégica do processo da construção identitária sul-mato-grossense e que, posteriormente iriam definir a nomeação de ruas, avenidas, praças, monumentos, prédios públicos e locais relevantes da história local.

A Guerra do Paraguai (1864-1870) emerge como um evento de profunda significância histórica, não apenas pelos seus desdobramentos militares, mas principalmente por seu papel na construção da memória e da identidade do

estado de Mato Grosso do Sul considerando a amplitude de ocupação que a República do Paraguai possuía como extensão territorial à época. A invasão do Sul da então Província de Mato Grosso e, posteriormente, o episódio da Retirada da Laguna (1874) são os pontos mais destacados (Squinelo, 2025; Carmo, 2017; Costa, 2010).

Um dos momentos mais simbólicos da representação dramática do quanto foi a Guerra do Paraguai é a pintura da "Batalha do Avaí", Figura 6, feita pelo artista brasileiro Pedro Américo como uma narrativa visual que articula estética, política e identidade nacional. Uma obra monumental que mede 6 metros de altura por 11 metros de largura e que retrata um dos episódios mais dramáticos do conflito que envolveu Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai. Ela não apenas representa um momento militar, mas também carrega significados políticos e simbólicos ligados à consolidação do Brasil Imperial e à ocupação da região sul do atual estado de Mato Grosso do Sul.

Figura 6 - A pintura Batalha do Avaí, pintura a óleo de Pedro Américo, Florença, Itália, 1877. Óleo sobre tela 600,00 cm x 1.100,00 cm.



Fonte: AMÉRICO, Pedro. *Batalha do Avaí*. Óleo sobre tela, 600 × 1.100 cm, entre 1872–1877. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Batalha do Ava%C3%AD_\(painting\)](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Batalha_do_Ava%C3%AD_(painting)). Acesso em: 16 out. 2025.

A obra do pintor Pedro Américo, finalizada em 1877 na cidade de Florença, Itália, foi encomendada pelo governo imperial como parte de um projeto de construção da memória nacional, exaltando o heroísmo dos soldados brasileiros e a

legitimidade da guerra. A cena da Batalha ocorreu em 11 de dezembro de 1868 quando já se iniciava a finalização do conflito com o evento da “*Dezembrada*”, quando uma série de ofensivas brasileiras marcaram neste mês a reta final da Guerra e que serviria fortemente na expansão territorial da região sul do Brasil onde atualmente se localiza o município de Bonito.

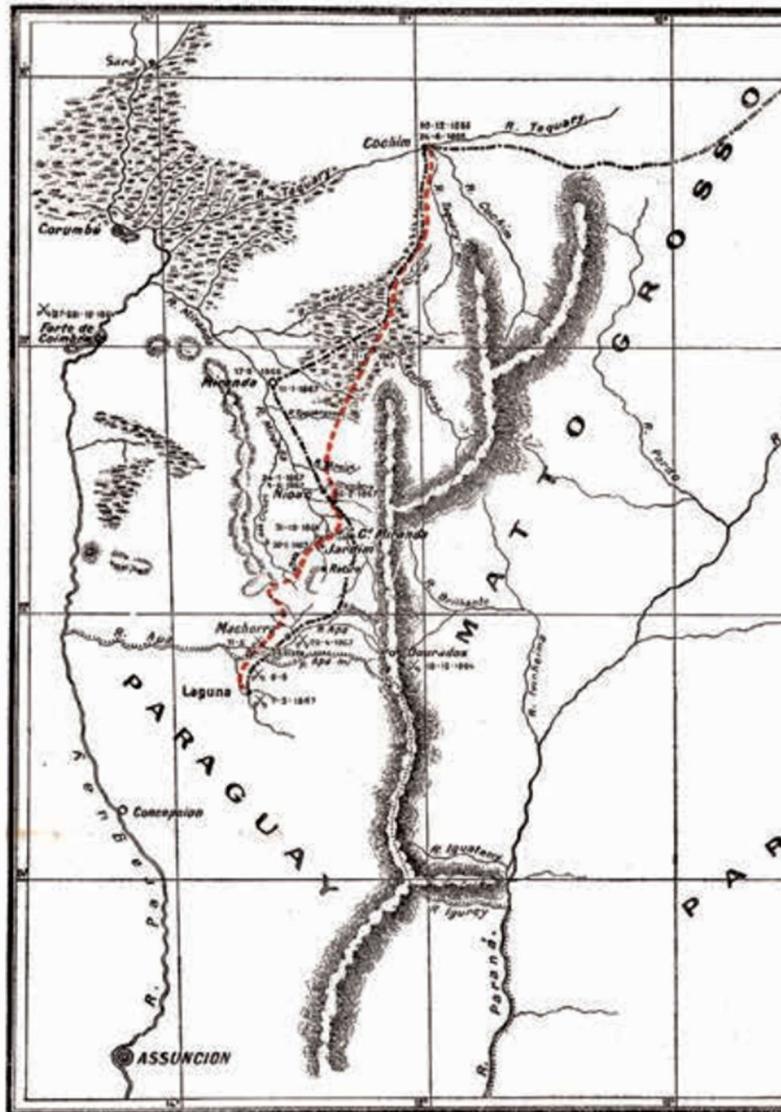
A Província de Mato Grosso uno, em meados do século XIX, era uma vasta e isolada fronteira do Império do Brasil e que tinha difícil e complexa comunicação com a capital, Rio de Janeiro, dependente quase exclusivamente da navegação pela Bacia do Rio da Prata, uma rota que passava por território paraguaio. Essa vulnerabilidade geográfica e militar foi um fator determinante para os eventos que se seguiram aliada à fragilidade das defesas brasileiras na região. A ofensiva paraguaia comandada pelo Presidente da República do Paraguay, Francisco Solano López Carrillo, foi planejada em duas frentes: uma fluvial, subindo o rio Paraguai para atacar o Forte de Coimbra e, logo a seguir, a cidade de Corumbá; e outra terrestre, que adentrou o sul da província, na região que hoje corresponde a cidades como Porto Murtinho, Bela Vista, Jardim e Ponta Porã todas localizadas no entorno da atual região de Bonito. Pode-se considerar que o “*objetivo de Solano López era anexar territórios e garantir o controle estratégico da navegação*” (Squinelo, 2025, p.1).

O outro evento relevante refere-se ao episódio da Retirada da Laguna que foi privilegiado na construção do discurso elaborado por Alfredo d’Escragnolle Taunay (1843-1899) que era descrito como muito amigo do Imperador Pedro II e conseguiu dar legitimidade pela história, à relevante parte da memória e identidade sul-mato-grossense. Taunay redigiu a obra tendo como base um diário de campanha e as suas “*lembranças*”, interessado em justificar a participação brasileira no conflito platino e, principalmente, divulgar as “*provações*” passadas pela expedição brasileira no sul de Mato Grosso entre os anos de 1865 e 1867. Assim, os “*interesses*” do narrador coincidem com os do Império, lembrando que, para Taunay, os homens é que dominaram, com bravura, os acontecimentos e não vice-versa transformando “*uma derrota militar em ato de heroísmo*” (Squinelo, 2025, p.12).

O historiador Mauro Cesar Silveira descreve a Retirada da laguna como uma “*insanidade bélica sob condições extremamente adversas*” e que “A desastrada operação militar da Laguna é vista como um episódio menor da guerra, inclusive no lado paraguaio, recebendo breve menção nas anotações do general Francisco Isidoro Resquin – braço direito do marechal López - , publicadas em 1875. (Silveira, 2020, p.1).

Até chegar aquele 12 de junho, como hoje, no longínquo ano de 1867, no epílogo daquela lacinante debandada da guerra. Depois de transpor o caudaloso e lamacento rio Miranda, na então isolada província de Mato Grosso, o jovem Alfredo d’Escagnolle Taunay observou a encharcada coluna de soldados brasileiros rumo ao Paraguai e, por um momento, foi tomado pela mais devastadora aflição. A força expedicionária que se reunira na capital paulista dois anos antes, em abril de 1865, marchava sobre uma região deserta, quase enigmática, nos confins do Império do Brasil, praticamente sem comunicação com a Corte (Silveira, 202, p.1).

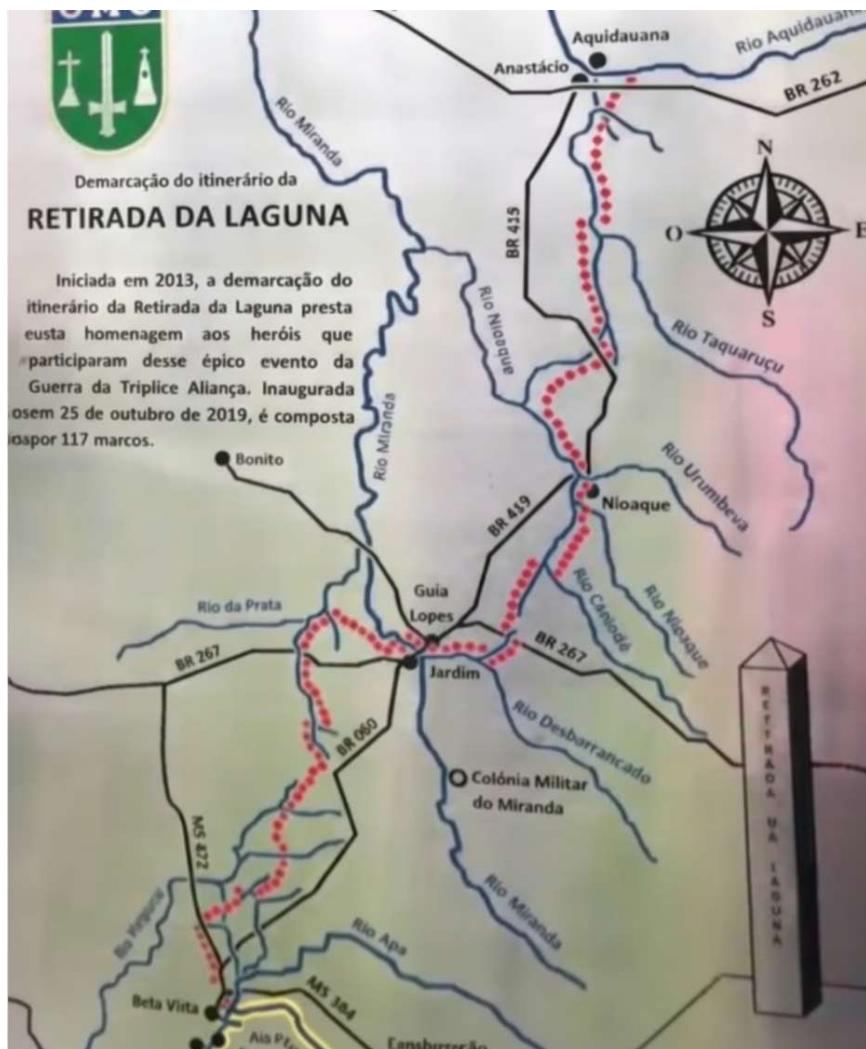
Figura 7 – Retirada da Laguna segundo Alfredo d'Escragnolle Taunay.



Fonte: Taunay (2011, p. 10.)

Entre os muitos registros elaborados sobre o entendimento das dificuldades, Tanay descreve que “Os oficiais do alto comando militar possuíam conhecimento das carências bélicas da coluna, porém não deixaram de efetivar a longa marcha” (Squinelo, 2025 p.11). Assim como o que relatou todas as inquietudes, problemas e enfrentamentos com os paraguaios. O autor também assumiu o fracasso da expedição, Figura 7, mas narrou de forma romântica, épica e honrosa o desastre da retirada. O que se constituiu em derrota para o exército brasileiro adquiriu, nas sucessivas páginas de sua obra, outra dimensão resumindo que “Em nome da pátria a glória prevaleceu” (Squinelo, 2025, p. 12).

Figura 8 – Placa comemorativa em Porto Canuto, Anastacio, Mato Grosso do Sul com o mapa que mostra o caminho completo da Retirada de Laguna com a cidade de Bonito identificada.



Fonte: CHIPAGUASUSTUDIOS. *Placa conmemorativa en Porto Canuto, Anastacio, Mato Grosso do Sul con el mapa que muestra el camino completo de la Retirada de Laguna.* PNG, 1 366 x 768 px. Wikimedia Commons, 12 mar. 2024. Licença: CC-0. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Placa_conmemorativa_en_Porto_Canuto,_Anastacio,_Mato_Grosso_do_Sul_con_el_mapa_que_muestra_el_camino_completo_de_la_Retirada_de_Laguna.png. Acesso em: 16 out. 2025.

Com o objetivo de melhorar a compreensão da ação militar e a valorização dos brasileiros que viam o “presidente paraguaio Francisco Solano López como um megalomaníaco disposto a expandir o território guarani e os soldados inimigos como um bando de selvagens” (Silveira, 2020, p.1) Taunay segue um discurso de valorização contínua dos participantes da Retirada, **Figura 8**. Embora tenha exposto o Exército brasileiro e o fracasso da expedição que foi organizada para deter o avanço paraguaio, foi em “diversos momentos políticos e ideológicos do estado recuperada e rememorada com objetivos específicos, entre eles o de destacar os mitos e os heróis sul-mato-grossenses, como por exemplo: Guia

Lopes, Antônio João Ribeiro e Carlos de Moraes Camisão" (Squinelo, 2025, p. 13).

3.1. Construção identitário sul-mato-grossense

3.1.1. No século XIX

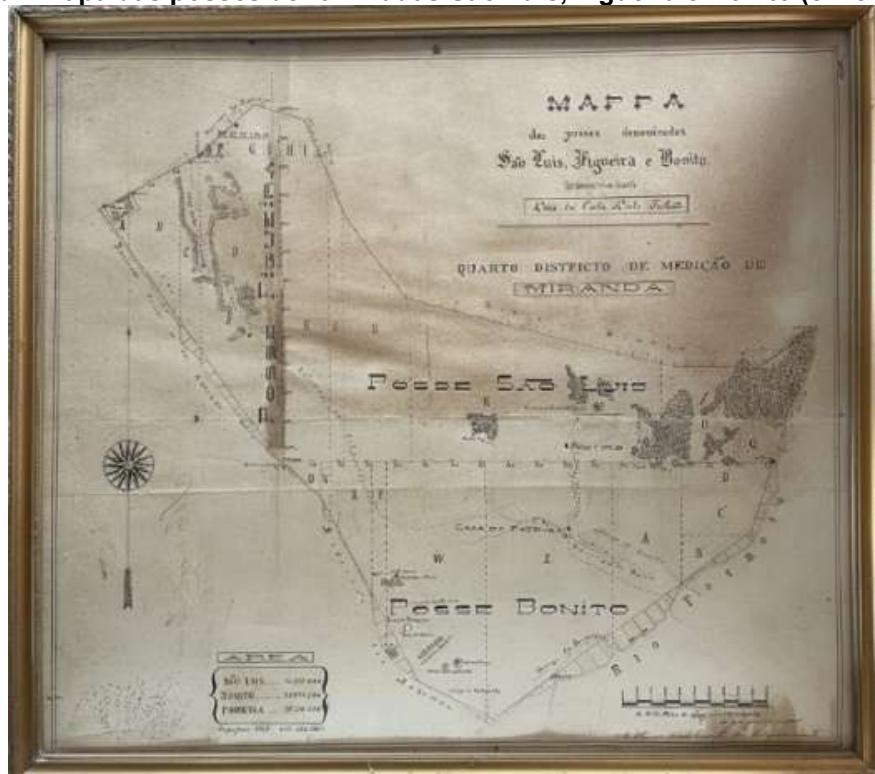
Os primeiros registros de presença efetiva de ocupação na área que futuramente constituiria Bonito estão associados à ocupação de grandes dimensões territoriais destinadas sobretudo à pecuária extensiva no final do século XIX. Em períodos anteriores, a sesmaria, enquanto instrumento jurídico da Coroa, permitia a apropriação de vastas áreas sem mediação com as territorialidades indígenas existentes. Essa forma de apropriação refletia o projeto colonial de integração territorial subordinada às exigências do sistema econômico atlântico, estruturado na exportação de produtos primários (Andrade, 1995; Gorender, 2012).

No caso específico de Bonito, a historiografia regional destaca a Fazenda Rincão Bonito, adquirida pelo capitão Luiz da Costa Leite Falcão em 1869, como marco fundante da ocupação estruturada da área (BARROS, 1976). Mais do que unidade produtiva, a fazenda operava como núcleo de articulação entre as rotas de circulação, os fluxos de abastecimento e os incipientes centros populacionais de Miranda e Jardim. Relatos como os organizados por Theodorico de Góes Falcão e Pedro Francelino de Lima resgatam a centralidade dessa propriedade na formação da sociabilidade local, conectando economia, religião e política territorial (LIMA, 2024).

Alguns detalhes fornecidos por Firmino de Barros, jornalista de Bonito, conhecido como Cabeça de Leitoa, numa publicação intitulada Meandros da Vida, onde relata que em 1869 Luiz da Costa Leite Falcão conhece o posseiro denominado simplesmente por Euzébio, herdeiro das terras denominadas Rincão Bonito (Behr, 2024; Costa, 2010). De acordo com moradores mais antigos de Bonito, os primeiros posseiros dessa área foram mortos por nativos que ocupavam a costa da serra da Bodoquena. Euzébio teria sobrevivido à

tragédia ao fugir e se refugiar em Miranda, onde conheceu Falcão e logo tornou-se seu amigo e acabou vendendo o direito de suas posses (Costa, 2010, p. 92).

Figura 9 – Mapa das posses denominadas São Luís, Figueira e Bonito (c. 1870-1885)



Fotografia: Equipe do Plano Diretor, 2025, figura aprimorado por Manus IA. Fotografia original - Apenso 9.1. Fonte: Biblioteca Municipal de Bonito.

A Figura 9 apresenta um dos registros cartográficos mais antigos da região, datado de cerca de 1870 a 1885, produzido pelo Quarto Distrito de Medição de Miranda no contexto da regularização fundiária instituída pela Lei de Terras de 1850. O mapa registra as posses São Luís, Figueira e Bonito, permitindo relacionar a antiga Fazenda Rincão Bonito às medições oficiais realizadas no século XIX. A datação aproximada do mapa entre 1870 e 1885, decorre de sua vinculação às medições do Quarto Distrito de Medição de Miranda, responsáveis pela aplicação da Lei de Terras de 1850 na Província de Mato Grosso. Esse período corresponde também ao momento de consolidação das posses São Luís, Figueira e Bonito, conforme indicado pelos registros fundiários analisados por Costa (2010) e Behr (2024).

O núcleo habitacional que se transformaria na sede do Município de Bonito, iniciou-se, portanto, em terras da Fazenda Rincão Bonito, que possuía uma área

de 10 léguas e meia adquirida do Sr. Euzébio pelo Capitão Luiz da Costa Leite Falcão, que aí se aportara em 1869, e é considerado o desbravador de Bonito, tendo sido também seu primeiro escrivão e tabelião. (Prefeitura de Bonito, 2025; Behr, 2024).

3.1.2. No século XX

No começo do século XX, Bonito já era uma área relativamente povoada e contava com uma ainda rarefeita população rural com poucas e pequenas vizinhanças edificadas (Behr, 2024; Costa, 2010). A Lei Estadual nº 693, de 11 de junho de 1915, cria inicialmente o Distrito de Paz de Bonito, com área desmembrada do Município de Miranda e a este subordinado administrativamente.

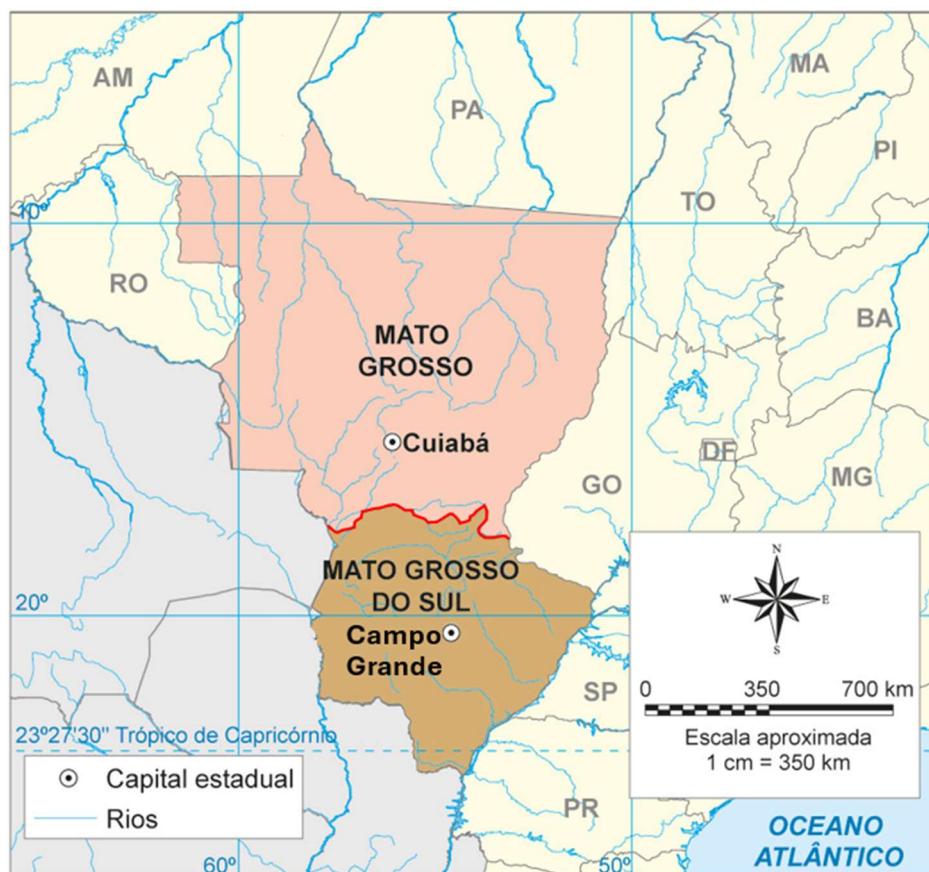
Bonito seria fundada em 1927, mas com a criação do território Federal de Ponta Porã, atual cidade que tem o mesmo nome criada pelo Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, é anexada a esta como Distrito de Paz de Miranda. Por força do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal é, posteriormente, reintegrado ao estado de Mato Grosso, na mesma situação de Distrito pertencente ao Município de Miranda.

Finalmente a Lei Estadual nº 145, de 2 de outubro de 1948, eleva-o a categoria de Município, tendo por sede a cidade de Bonito, constituindo termo judiciário da Comarca de Aquidauana, com um único Distrito, o da sede municipal, situação mantida pelo Decreto nº 1.738, de 30 de dezembro de 1953, que fixou o quadro territorial administrativo-judiciário do Estado, para vigorar no quinquênio 1954-1958 (Prefeitura de Bonito, 2025; Behr, 2024; Costa; 2010). A promulgação da lei ocorreu por iniciativa do deputado estadual sul-mato-grossense, Lício Proença Borralho, responsável pela articulação da lei de emancipação político-administrativa de Bonito em 1948.

Esta data de 2 de outubro marca a emancipação político-administrativa da cidade, representa a sua data de comemoração e, conforme descrito por Patrícia Costa, “*O fato da criação do novo município de Bonito não representou somente a vontade de renovação e autonomia, mas vinha ao encontro de um projeto do*

governo federal, que tentou minimizar questões polêmicas do país, como a grandeza territorial, desigual e insuficiente" (2010, p. 110).

Figura 10 -Mapa com a indicação da divisão do estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE, 2018. Mapa: Brasil: Divisão Político-Administrativa. Escala 1:5.000.000.

Em 1977 o município passaria definitivamente a fazer parte do atual estado de Mato Grosso do Sul que foi originado da Lei Complementar Mº 31, de 11 de outubro de 1977, assinada pelo Presidente Ernesto Geisel que estabeleceu o desmembramento de Mato Grosso e criou o estado de Mato Grosso do Sul.

3.1.3. Vínculos históricos da região

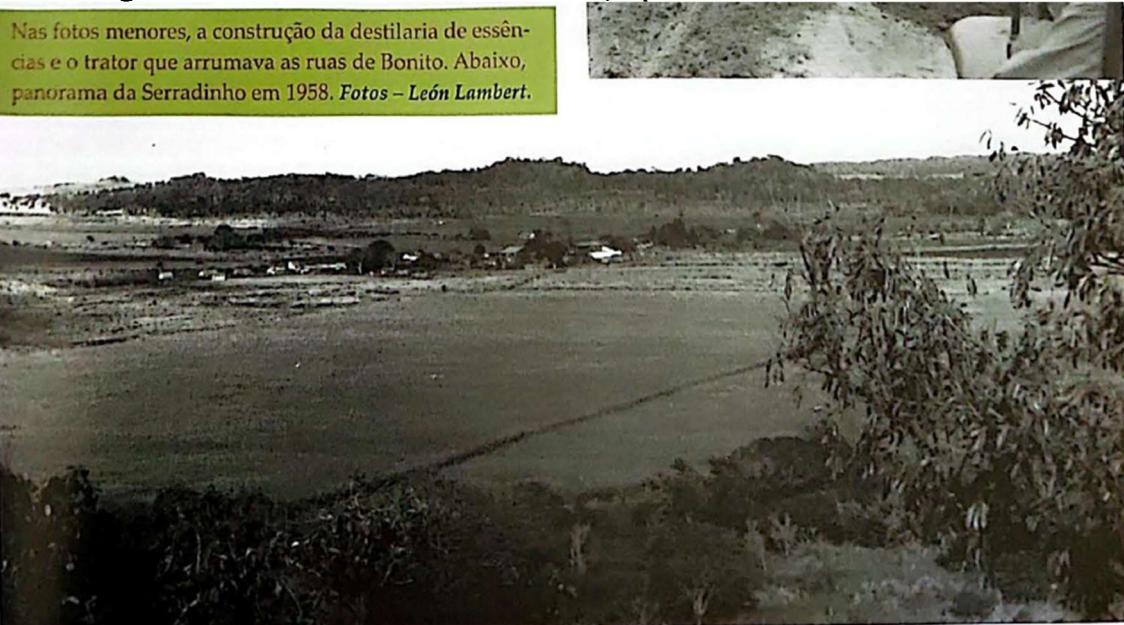
Outro componente importante para compreensão dos vínculos históricos da região, refere-se à trajetória do general Ribeiro Cintra, descrita em memória por

seus descendentes, pois revela o entrelaçamento entre militarização e territorialização. A figura do militar, reverenciada nos registros familiares, atuava como símbolo de autoridade e ordenamento territorial, ao mesmo tempo em que reforçava a lógica da exclusão fundiária e da centralização do poder sobre a terra (Cintra, s.d.). Como observa Bourdieu (1992), as estruturas simbólicas da dominação se reproduzem também através dos dispositivos que naturalizam desigualdades fundiárias sob a retórica da bravura e do pioneirismo.

A paisagem local, nesse processo, foi profundamente reconfigurada. A floresta foi convertida em campo; os caminhos indígenas, em trilhas de tropas; e os espaços sagrados, em propriedades privadas. Essa transformação não é apenas física, mas simbólica: a territorialização colonial implicou a produção de uma nova ordem espacial fundada na subordinação e no apagamento de outras lógicas de pertencimento. Como afirma Lefebvre (2006), o espaço social é sempre produzido, funcionalizado às estratégias de poder e à reprodução das hierarquias, assim como argumenta o filósofo francês Gastón Bachelard (1958), os lugares não apenas existem — eles são imaginados, representados e narrados conforme os interesses de seus dominadores.

Apesar da preponderância da grande propriedade, há também registros de iniciativas alternativas, como a partilha de terras entre trabalhadores promovida por José Zayas na Fazenda Serradinho, Figura 41. Ainda que pontuais, essas experiências tensionam a narrativa hegemônica da ocupação e revelam dinâmicas mais complexas e contraditórias de apropriação territorial (Magalhães, 2010). As formas de organização coletiva, mesmo fragmentadas, indicam espaços de resistência que coexistiam com a estrutura excluente da ordem fundiária colonial.

Figura 11 - Fazenda Serradinho em 1958, a partir de foto de León Lambert.



Fonte: Magalhães, 2003, p.187.

Figura 12 - Fazenda Serradinho, município de Bonito, MS.



Fonte: Magalhães, 2003, p. 188

Figura 13 - Equipe Técnica do Plano Diretor e o proprietário da Fazenda Serradinho Sr. Nerci Soares dos Santos.



Fonte: Equipe Técnica do Plano Diretor, 1 de maio de 2025

O surgimento de elementos de sociabilidade local (capelas, festas religiosas, vínculos familiares) também participava da territorialização simbólica, conferindo sentido e coesão aos núcleos emergentes. Contudo, tais expressões de pertencimento conviviam com a permanência da violência, tanto física quanto simbólica, contra os povos indígenas e as populações empobrecidas que se fixavam nas franjas dos domínios agrários. Como sustenta Haesbaert (2004), os territórios são também campos de disputa por reconhecimento, segurança e dignidade, e não apenas espaços de produção.

Esse processo de constituição territorial revela, portanto, a centralidade das relações materiais na conformação do espaço social de Bonito. A terra, enquanto ativo econômico e símbolo de status, e o trabalho, como base da organização da produção, estruturaram as formas de fixação e exclusão no território. Entender essa etapa é fundamental para interpretar as continuidades históricas que persistem nas desigualdades fundiárias e nas disputas pelo direito ao território. Como propõe Quijano (2000), a colonialidade não é apenas um resíduo histórico, mas uma lógica que estrutura as hierarquias territoriais contemporâneas.

4. Da Terra ao Lugar: Construção da Identidade Territorial

A transição do espaço físico para o lugar habitado e dotado de significados marca uma etapa fundamental na constituição do território de Bonito no final de século XIX e ao longo do século XX. A partir da ocupação agrária, descrita na seção anterior, desenvolveram-se formas de organização coletiva da vida que deram origem a um sentimento de pertencimento, reconhecimento mútuo e produção simbólica do espaço. Práticas econômicas, vínculos comunitários, estruturas fundiárias e referências culturais passaram a compor uma identidade territorial historicamente situada, porém sempre em disputa (Behr, 2024; Costa, 2010; Magalhães, 2010, 2003). Conforme argumenta Lefebvre (2006), o espaço não é apenas palco das ações humanas, mas também é socialmente produzido por elas, impregnado de relações de poder e de simbolismos.

A esse processo de produção territorial antecede um marco histórico estruturante: a formação do núcleo populacional na antiga Fazenda Bonito, que possuía 10,5 léguas quadradas e foi adquirida em 1869 pelo capitão Luiz da Costa Leite Falcão, considerado um desbravador da região, foi o primeiro escrivão e tabelião local. A fazenda, herdada por Eusébio, tornou-se ponto de origem da ocupação que futuramente estruturaria o Distrito de Paz de Bonito. No início do século XX, a região já apresentava adensamento rural, levando à criação do Distrito de Paz em 1915, e posteriormente à fundação oficial do município em 1927, conduzida por Manoel Ignácio de Faria com o apoio do coronel Pilad Rebuá (Behr, 2024). Esses acontecimentos consolidaram o povoado e estabeleceram as bases territoriais e simbólicas do que viria a se tornar o centro urbano de Bonito.

Segundo o antropólogo Álvaro Banducci, em sua palestra “Sinhozinho, a história que Bonito pouco conta”¹, o contexto histórico em que essa identidade foi forjada, especialmente nas décadas de 1930 e 1940, era de “excepcionalidade e carestia”. O Distrito de Paz de Bonito consistia, do ponto de vista urbano, em uma pequena vila, que dispunha de pouca assistência médica, assistência religiosa esporádica e forças de segurança e repressão. No campo, o Distrito não tinha estrutura, seja de ensino, saúde ou religiosa. Assim, a produção simbólica do lugar foi, em grande parte, uma resposta popular às lacunas institucionais (Banducci, 2023, 34:10).

Em Bonito, a agropecuária extensiva desempenhou papel estruturante na conformação dos modos de vida locais. À medida que os excedentes se conectavam a redes comerciais regionais, surgiram demandas por infraestrutura e institucionalização, como capelas, escolas rurais e núcleos administrativos que se consolidariam como vilas ou distritos.

As transformações espaciais foram acompanhadas por práticas coletivas como festas religiosas, casamentos, romarias e celebrações cívicas. Mais do que meras expressões de convivência, tais rituais contribuíam para a legitimação simbólica da ocupação, transformando a terra em lugar no sentido antropológico, espaço vivido, afetivamente apropriado e narrado por seus habitantes (Geertz, 1989; Burke, 2004; Massey, 1994). Como aponta Marc Augé (1995), é pela inscrição da memória e da narrativa que o espaço se torna “*lugar de sentido*”.

Figuras como Sinhozinho e Silvino Jacques emergiram justamente nesse cenário de escassez e ausência institucional, oferecendo referências simbólicas de vida comunitária e proteção territorial. Sinhozinho (ou Mestre Divino), que apareceu na região rural do Mimoso, é a expressão máxima desse preenchimento, atuando como um “líder civilizador” (Banducci, 2023, 60:00;) ao

¹ BANDUCCI, Álvaro. *Sinhozinho, a história que Bonito pouco conta*. Série: Aprendendo com os guias turísticos de Bonito. São Paulo: Instituto de Geociências da USP, 2023. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AMeafl-ngXg>. Acesso em: 09 nov. 2025.

suprir a falta de assistência religiosa. A lacuna institucional se manifestava também na segurança e na justiça. Em um cenário onde as forças oficiais, como a Guarda Territorial, "mais oprimiam seus moradores do que os protegiam", o bandoleiro poeta Silvino Jacques era, ironicamente, o amigo da população, sendo "*muito bem recebido*" e um contraponto à ordem estabelecida (Banducci, 2023, 34:10).

A seguir, são apresentados fatos, locais e eventos relevantes para a compreensão das relações afetivas e culturais da cidade de Bonito. Alguns deles foram construídos nesse período de consolidação da história da cidade, a partir do início do século XX .

4.1. Núcleo da Formação Urbana

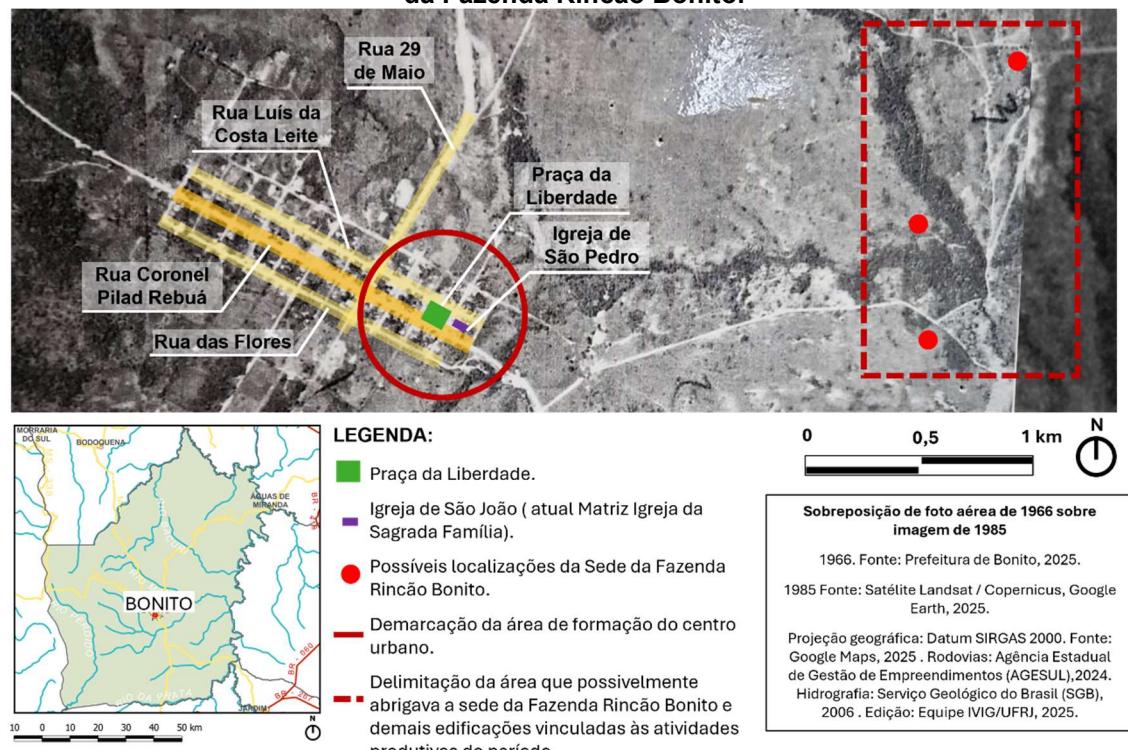
A morfologia de uma cidade é o registro físico de sua história, um palimpsesto de decisões sociais, econômicas e culturais que moldam seu espaço. Em Bonito, a análise da formação de seu núcleo urbano revela um processo clássico do urbanismo brasileiro, no qual a articulação entre um marco religioso, um espaço público adjacente e um evento social catalisador define a estrutura e a identidade do lugar.

O conjunto Igreja–Praça (Figura 14) apresenta camadas temporais verificáveis que consolidaram sua centralidade. Sob a ótica do planejamento urbano e da identidade local, a Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo, a Praça da Liberdade e Rua Coronel Pilad Rebuá, além de eventos como a Festa de São Pedro não são elementos isolados, mas sim um sistema socioespacial integrado que funcionou como a *celula mater* da urbanização bonitense, estabelecendo a centralidade, a hierarquia e os fluxos que perduram até hoje. A localização desse núcleo inicial não foi aleatória: ele se estruturou nas proximidades da antiga sede da Fazenda Rincão Bonito, cujo patrimônio territorial e organização produtiva exerceu forte influência sobre a primeira ocupação do sítio urbano (COSTA, 2010).

A análise da fotografia aérea de 1966 sobreposta à imagem de Satélite de 1985 (Figura 14), permitiu relacionar o núcleo urbano consolidado à área onde,

segundo relatos e evidências espaciais, teria se localizado a sede da Fazenda Rincão Bonito. Apesar do Mapa das posses São Luis, Figueira e Bonito (Figura 9) ser o registro mais antigo identificado, ele não indica a sede da fazenda com precisão. Assim, a equipe da Equipe Técnica do Plano Diretor (IVIG/UFRJ) fundamentada em pesquisas iconográficas, relatórios e documentos históricos delimitou uma região aproximada, destacada em tracejado vermelho, com três hipóteses de localização baseadas também em antigos caminhos rurais, clareiras típicas de sedes de fazenda e informações fornecidas por moradores do município.

Figura 14 – Configuração do Centro Urbano de Bonito em 1966, evidenciando o núcleo formado nas décadas anteriores. Identificação de possibilidades da localização da sede da Fazenda Rincão Bonito.



Fonte: Equipe Técnica do Plano Diretor (2025).

A (Figura 14) deve ser compreendida como o primeiro registro cartográfico capaz de representar a configuração já consolidada do centro urbano, e não como o momento de sua origem. A interpretação da fotografia aérea de 1966 também permitiu analisar a relação entre o núcleo urbano consolidado e a área onde, segundo moradores antigos e evidências espaciais, possivelmente se localizava a sede da Fazenda Rincão Bonito.

O ponto de partida para a estruturação urbana de Bonito foi a implantação da Igreja Matriz em 1928². A decisão de localizar a primeira capela em um terreno doado por uma das famílias fundadoras (COSTA, 2010) instituiu um marco visual e simbólico, um "ponto zero" a partir do qual o tecido urbano se desenvolveria.

O templo passou por sucessivas reformas ao longo do século XX. Em 1957, a igreja Matriz³, passou pela ampliação da estrutura original. Através do registro fotográfico de meados do século XX (Figura 15), observa-se a Rua Pilad Rebuá em processo de adensamento, com a Igreja de São Pedro Apóstolo como referência visual e de uso, influenciando a conformação do entorno imediato. A fotografia mostra um templo ainda simples, de alvenaria, inserido em uma paisagem semi-rural, com carros de boi e ruas não pavimentadas, evidenciando o papel da igreja como um elemento ordenador em uma fronteira urbana em formação.

Figura 15 - A antiga Igreja Matriz vista pela Rua Cel. Pilad Rebuá e a paisagem urbana de Bonito (meados do século XX).



Acervo: Fotografia de Wadin e Antonio Carlos Silveira Soares (s/d). Fonte: Costa (2010)

² PARÓQUIA SÃO PEDRO APÓSTOLO. Arquivo Histórico Paroquial, Livro Tombo da Paróquia / Arquivo Diocesano (s/d).

³ PARÓQUIA SÃO PEDRO APÓSTOLO. Arquivo Histórico Paroquial, Bonito, 1957.

Entretanto, essa proeminência física da Igreja, demonstrada na Figura 15, contrastava com a realidade da assistência eclesiástica no período. O antropólogo Álvaro Banducci afirma que, nas décadas de 30 e 40, "os padres, vinham aqui [em Bonito] duas vezes por ano", vindos de Miranda ou Corumbá (Banducci, 2023, 25:30). A vida religiosa cotidiana era mantida pela comunidade: o resto do ano as famílias que se reuniam para rezar o terço [...], puxado principalmente pelas mulheres" (Banducci, 2023, 26:08).

A evolução deste marco é um fato urbanístico de grande relevância. Por volta de 2010, a antiga matriz foi demolida para dar lugar a um novo templo, mais amplo e moderno, inaugurado em 2025. A decisão de manter a localização, apesar da completa renovação arquitetônica, demonstra a força da "*inércia locacional*" dos marcos simbólicos.

O lugar da matriz já estava consolidado no imaginário coletivo e na estrutura urbana, e sua permanência foi crucial para manter a coesão do centro histórico e simbólico, mesmo com a modernização de sua arquitetura. Atualmente, a Capela Sagrada Família (Figura 16) acolhe celebrações da Paróquia São Pedro Apóstolo, devido à matriz estar pronta e parte das celebrações serem realizadas já no novo templo.

Figura 16 - Capela Sagrada Família, atual espaço de celebrações da Paróquia São Pedro Apóstolo (2025).



Fonte: Equipe Técnica do Plano Diretor, 05 maio 2025.

Complementar à igreja, a Praça da Liberdade⁴ nasceu como seu contraponto funcional e simbólico. O par Igreja-Praça articulou práticas de encontro, como feiras e eventos religiosos, serviços e circulação cotidiana, reforçando a centralidade do entorno. Urbanisticamente, ela funciona como o principal "vazio" estruturador do centro, um respiro na malha urbana que permite a congregação e a interação social.

Em seus primórdios, a Praça da Liberdade era um largo de terra batida, um espaço amplo e pouco definido, como mostra o registro da Festa de São Pedro de 1952 (Figura 17). A Festa de São Pedro atuava como o catalisador social desse sistema e era, nas palavras do professor Álvaro Banducci, um "acontecimento" (Banducci, 2023, 25:30) que podia durar uma semana e que era celebrado no largo de terra batida da futura Praça da Liberdade, com a presença de uma "*fogueira enorme*". O evento promovia uma mistura social singular, reunindo as diferentes classes da época (Banducci, 2023, 25:30).

Figura 17 - A Praça da Liberdade com a celebração da Festa de São Pedro (1952).

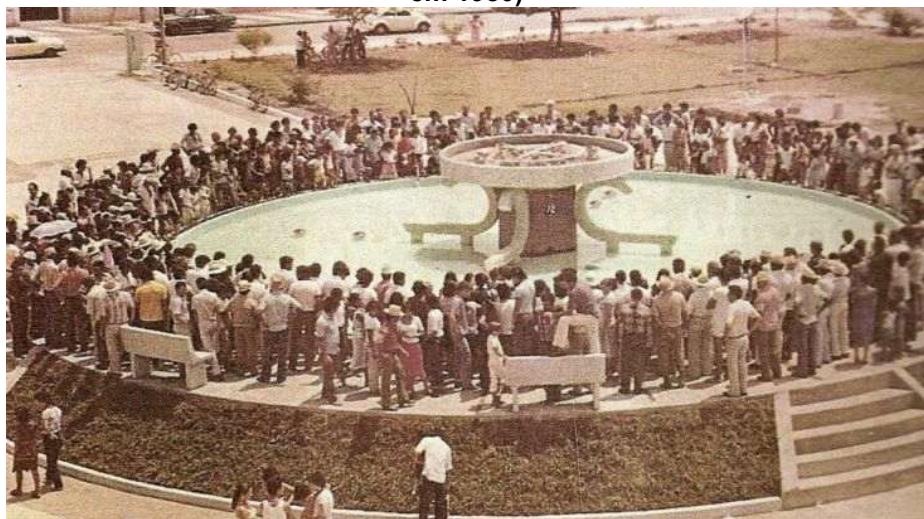


Fonte: Foto Wadin e Antonio Carlos Silveira Soares. 1952. Fonte: Costa (2010)

⁴ Não foi localizada legislação municipal específica referente à criação ou à nomeação da Praça da Liberdade. As evidências históricas indicam que sua conformação ocorreu entre as décadas de 1920 e 1930, a partir do entorno da capela dedicada a São Pedro Apóstolo, consolidando-se como espaço público central por uso e prática comunitária. O nome “Praça da Liberdade” aparece em registros fotográficos e administrativos a partir das décadas de 1950 e 1960, sugerindo que sua denominação decorreu de tradição local e não de ato normativo formal.

A praça passou por reformas que espelham a própria evolução de Bonito. Uma primeira grande transformação foi a implantação de um projeto paisagístico que incluiu a construção de um chafariz, cuja obra foi projetada em 1978 e inaugurada em 1980, inaugurada com grande participação popular (Figura 18). Essa intervenção representou um esforço de modernização e qualificação do espaço público, transformando o antigo largo em uma praça moderna para os padrões da época, com um elemento de atração central (Behr, 2024).

Figura 18 - Praça da Liberdade: Inauguração do chafariz (obra de 1978; inauguração em 1980)



Fonte: Falcão (1994) apud. Behr (2024).

A reforma mais recente consolidou a praça como um ícone da identidade contemporânea de Bonito. A praça deixou de ser apenas um lugar de encontro para se tornar também uma vitrine da identidade local, um cartão-postal que comunica a essência de Bonito.

Figura 19 - Praça da Liberdade (2008).



Foto Aérea de 1966: Fonte: Prefeitura de Bonito (2025).

O espelho d'água foi ornamentado com as esculturas de Piraputangas do artista plástico campo-grandense Cleir Ávila Ferreira Júnior, simbolizando a riqueza da fauna aquática local. Essa última camada de intervenção é particularmente significativa: ela substitui um elemento genérico de urbanização (a fonte) por um símbolo específico e identitário, diretamente ligado à vocação ecoturística que define a cidade hoje. Conforme a Figura 20.

Figura 20 - A configuração atual da praça, com as esculturas de Piraputangas como marco identitário.

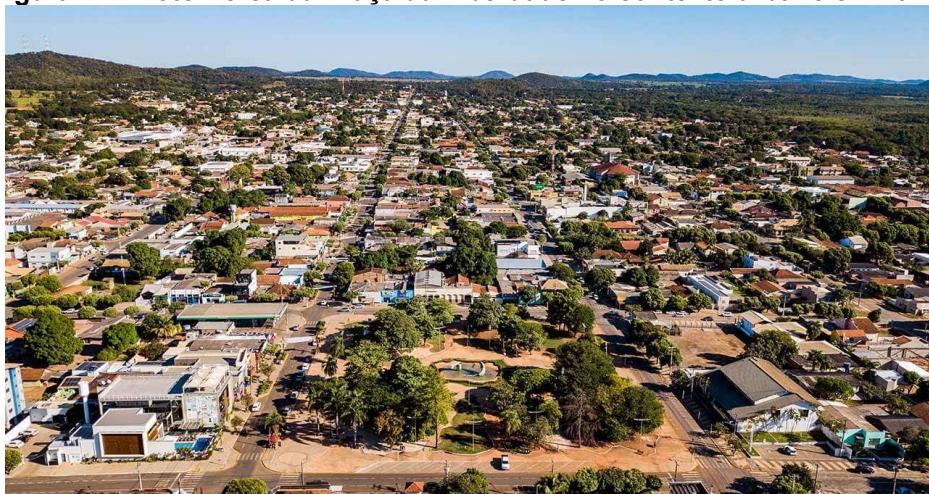


Fonte: Equipe Técnica do Plano Diretor (2025)

A Rua Coronel Pilad Rebuá já funcionava como o principal eixo de circulação, onde se concentrava o comércio e por onde passavam os principais fluxos econômicos. O nome da rua é uma homenagem ao Coronel Pilad Rebuá, prefeito

de Miranda, que auxiliou ativamente quando foi “criado o *Distrito de Paz de Bonito* em área desmembrada do município de Miranda”. (Behr, 2024, p. 60).

Figura 21 – Foto Aérea da Praça da Liberdade no contexto urbano em 2025.



Fonte: Prefeitura de Bonito, 2025.

Em síntese, o conjunto formado pela Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo, pela Praça da Liberdade e pela Rua Coronel Pilad Rebuá constitui o coração histórico e simbólico de Bonito, articulando, em um mesmo espaço, funções religiosas, cívicas, comerciais e de lazer. Conforme mostra a Figura 21. As sucessivas transformações na igreja, as reformas e requalificações da praça, bem como a consolidação da rua como eixo de comércio e circulação, revelam um processo contínuo de atualização da centralidade, sem ruptura com sua origem rural e devocional (Costa, 2010; Behr, 2024).

A Figura 22 apresenta fotografias da cidade de Bonito nos anos de 1966, 1985, 2004 e 2025. Ao mesmo tempo complementa as camadas temporais ao evidenciar a permanência e o fortalecimento desse núcleo central, com a expansão gradual da malha urbana. Observa-se que, enquanto os limites construídos se ampliam de forma significativa ao longo das décadas, a centralidade original estruturada pela Igreja, pela Praça da Liberdade e pela Rua Coronel Pilad Rebuá permanece como ponto de convergência do tecido urbano, mantendo-se como referência espacial e funcional em todas as etapas de crescimento.

Figura 22 – Evolução urbana de Bonito: fotografias de 1966, 1985, 2004 e 2025.



Foto Aérea de 1966: Fonte: Prefeitura de Bonito (2025).

Imagen se 1985: Satélite Landsat / Copernicus, 30 dez. 1985 ; Imagem de 2004: Satélite CNES / Airbus, 16 jun. 2004 ; Imagem de 2025: Satélite @Airbus, 7 mar. 2025. Fonte: Google Earth (2025)

Ao mesmo tempo, a presença de elementos como as festas religiosas e os eventos comunitários evidencia a fusão entre urbano e rural na conformação desse núcleo, fazendo com que o centro de Bonito seja simultaneamente lugar de memória e de projeção de novos significados.

A leitura da evolução urbana demonstra que o crescimento físico da cidade de Bonito não substituiu sua base simbólica, mas reforçou essa centralidade como principal referência territorial e como fundamento das identidades locais. (Figura 23 e Figura 24). Reconhecer essas camadas temporais e simbólicas é fundamental para o planejamento urbano contemporâneo, pois permite orientar diretrizes de preservação, qualificação de espaços públicos e valorização do patrimônio cultural, assegurando que a expansão da cidade não rompa com os marcos identitários que estruturam a sua paisagem e a sua história.

Figura 23 – Evolução da ocupação urbana de Bonito/MS (anos-base: 1966 e 1985) em relação a demarcação dos loteamentos regularizados no ano de 2025.



Legenda:

■ Demarcação das áreas construídas identificadas em cada ano-base (1966, 1985, 2004 e 2025).

■ Delimitação dos loteamentos regularizados até o ano de 2025 (Fonte: Prefeitura de Bonito, 2025).

■ Demarcação do Conjunto: Praça da Liberdade e Igreja de São Pedro

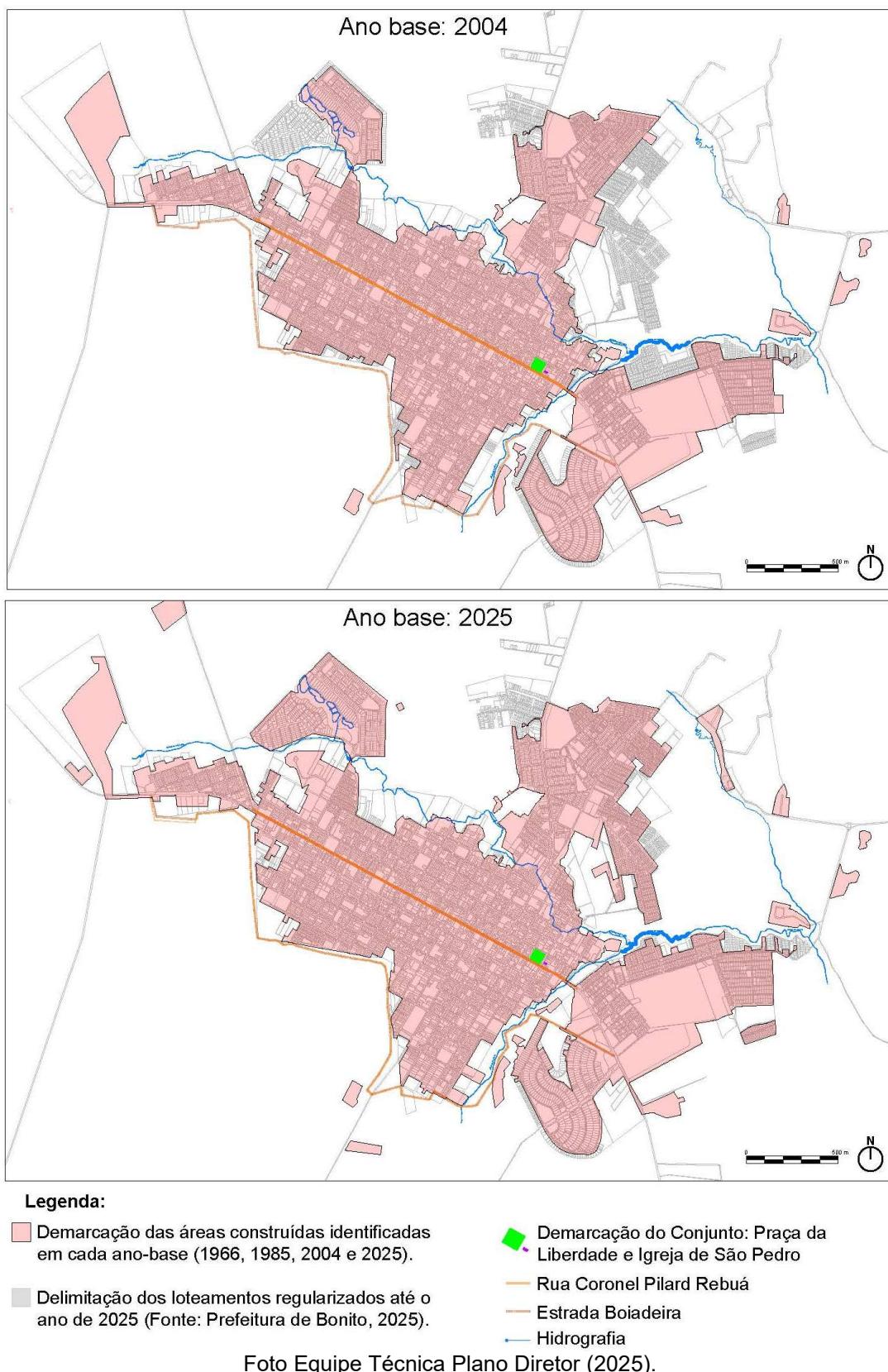
■ Rua Coronel Pilard Rebuá

■ Estrada Boiadeira

■ Hidrografia

Foto Equipe Técnica Plano Diretor (2025).

Figura 24 – Evolução da ocupação urbana de Bonito/MS (anos-base: 2004 e 2025) em relação a demarcação dos loteamentos regularizados no ano de 2025.



4.2. Estrada Boiadeira

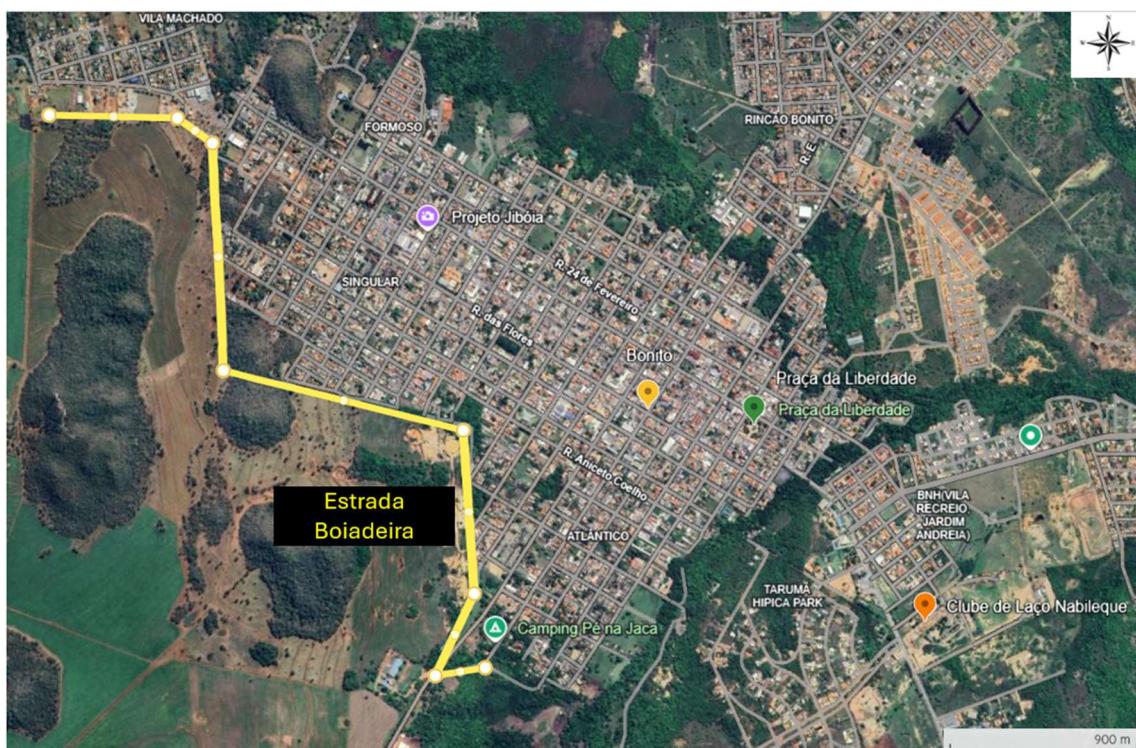
A Estrada Boiadeira⁵, também conhecida como Rota Boiadeira, constitui um dos mais significativos eixos históricos e culturais do território de Bonito (MS). Em seus primórdios, a Rota Boiadeira atravessava o incipiente núcleo urbano, com as boiadas passando "pelo centro, entre as casas e os comércios", segundo relatos.

A estrada, que hoje integra o sistema viário secundário do município, conserva parte do traçado utilizado desde o final do século XIX por comitivas de boiadeiros que atravessavam o planalto e o Pantanal conduzindo gado entre fazendas de criação e centros consumidores do Sudeste brasileiro. (Ver Figura 25)

Esses caminhos, conhecidos como rotas do gado, conectavam as regiões de Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais aos frigoríficos e mercados de São Paulo e Paraná, configurando uma vasta rede de circulação de animais, mercadorias e pessoas, responsável por grande parte da interiorização econômica e demográfica do Centro-Oeste (LEITE, 2010).

⁵ O termo “Estrada Boiadeira” é oficialmente reconhecido na legislação urbanística de Bonito (MS). Na Lei Complementar nº 085/2010 (Plano Diretor Municipal), a estrada aparece como referência normativa na Zona de Interesse Paisagístico (ZIP): “recuperação e conservação da paisagem, em especial em áreas lindeiras à Estrada Boiadeira” (Art. 78, II). Posteriormente, a Lei Complementar nº 124/2016, que altera dispositivos da Lei nº 085/2010, mantém e caracteriza essa classificação, acrescentando que “as áreas lindeiras à Estrada Boiadeira [...] correspondem a uma faixa contínua de 50 m em ambos os lados” (Art. 31, parágrafo único). Assim, em ambos os documentos, a Estrada Boiadeira é tratada como elemento estruturante da paisagem e referência territorial para definição e proteção da ZIP.

Figura 25 - Estrada Boiadeira



Fonte: Equipe Técnica Plano Diretor (2025).

Figura 26 -Comitiva de boiadeiros



Fonte: Behr 2024.

A denominação “boiadeira” traduz um modo de vida itinerante, associado à condução do gado em marchas sucessivas. As comitivas eram compostas por peões e vaqueiros especializados, que percorriam grandes distâncias a cavalo, enfrentando travessias de rios, longos trechos de campo aberto e dias de acampamento. Ver (Figura 26).

Como descreve Zancanari (2017), essas jornadas criavam uma sociabilidade peculiar, baseada na solidariedade, na organização coletiva e no conhecimento empírico do território. O trajeto incluía paradas regulares, conhecidas como pousos, destinadas ao descanso dos animais e dos homens, que posteriormente deram origem a núcleos de povoamento e comunidades rurais. Esse processo histórico explica o surgimento de diversos povoados e fazendas ao longo da atual Estrada Boiadeira de Bonito, consolidando-a como um eixo de ocupação e de identidade regional.

Se a Igreja e a Praça formaram o núcleo simbólico e social de Bonito, a Rota Boiadeira foi o principal vetor econômico e de estruturação territorial em uma escala mais ampla. Mais do que um simples caminho, essa rota era uma artéria vital que conectava as áreas de produção pecuária aos mercados consumidores, inscrevendo no território a lógica da economia que sustentou a região por décadas. Do ponto de vista urbanístico, as rotas boiadeiras são elementos lineares que ordenam a ocupação, definem a localização de povoados e estabelecem uma hierarquia no território, e em Bonito sua influência foi marcante, a ponto de permear o próprio tecido urbano em formação.

Relatos históricos e a memória local confirmam que, em seus primórdios, o traçado da Rota Boiadeira atravessava o incipiente núcleo urbano. As boiadas não contornavam a cidade; elas passavam pelo centro, entre as casas e os comércios, numa clara demonstração da fusão entre o rural e o urbano que caracterizava a fronteira.

A imagem de 1950 (Figura 27) retrata o gado na Rua Coronel Pilad Rebuá (principal via), em frente a um posto de gasolina, um dos primeiros símbolos da modernidade (COSTA, 2010). Essa cena captura a essência de uma cidade que nascia em função da economia do gado, onde o espaço público era compartilhado entre os moradores e as comitivas que eram a própria razão de ser do povoado. Para a morfologia urbana, isso significava ruas mais largas, uma estrutura urbana permeável e uma vida cotidiana ritmada pelo fluxo das boiadas.

Figura 27 - Rua Coronel Pilad Rebuá



Foto Wadim. Bonito e Antonio Carlos Silveira Soares. 1950. Fonte: Costa (2010)

A função logística da antiga rota declinou a partir de [década], com a expansão do modal rodoviário e a abertura/requalificação de [vias regionais], deslocando os fluxos de gado e mercadorias, mas sua importância foi ressignificada, transformando-se em um eixo de memória e objeto de atenção do planejamento urbano. A expansão do modal rodoviário e a abertura e melhoria das estradas e vias regionais para deslocamento da produção agrícola e pecuária, sobretudo gado, e mercadorias conectando áreas de produção ao mercado consumidor, cria momentos de transição no uso e valor do espaço da Rota, uma referência cultural, exemplo clássico de como os espaços mudam de função ao longo do tempo, mas não perdem relevância — apenas se transformam.

O reconhecimento de seu valor histórico e cultural começou a ser formalizado em instrumentos legais e a Rota passou a ser vista como patrimônio imaterial, um eixo de memória coletiva que carrega histórias da pecuária e da ocupação territorial. O Plano Diretor vigente (Lei Complementar nº 085/2010) e a Lei Complementar nº 124/2016 já apontavam para a necessidade de proteger e valorizar esse patrimônio. A própria Câmara Municipal de Bonito, por meio da Indicação nº 012/14, já havia recomendado a preservação da estrada, demonstrando a percepção do poder público local sobre a relevância deste corredor histórico.

As discussões contemporâneas sobre a Rota Boiadeira, no entanto, revelam os complexos desafios de gerir um patrimônio territorial sob pressão. A visita técnica realizada pela equipe do Plano Diretor, em reunião com o Departamento Municipal de Urbanismo, destacou a estrada como um símbolo histórico, ecológico e cultural, mas também evidenciou os conflitos existentes. Foi apontada a ocorrência de ocupações irregulares, que levaram à retirada de cerca de 80 famílias, e a contínua pressão da expansão urbana sobre as áreas ambientalmente sensíveis do seu entorno (UFRJ/IVIG, 2025a).

Diante desse cenário, a gestão da Rota Boiadeira transcende a simples preservação de um traçado. As propostas discutidas, como a criação de trilhas ecológicas interpretativas e a integração com programas de educação ambiental, indicam um caminho promissor: o de transformar a rota em um espaço multifuncional, que concilia conservação ambiental, valorização patrimonial e turismo sustentável. Para o novo Plano Diretor, o desafio é traduzir essa visão em instrumentos urbanísticos eficazes, que possam proteger a Rota Boiadeira da especulação imobiliária e, ao mesmo tempo, potencializá-la como um ativo para o desenvolvimento cultural e sustentável de Bonito.

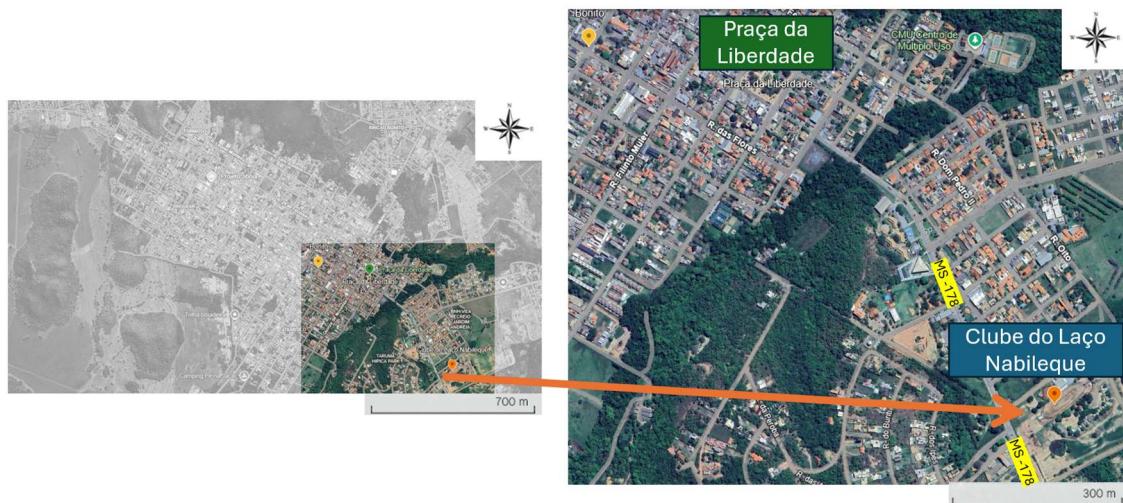
Em síntese, a Rota Boiadeira deve ser reconhecida como um patrimônio cultural estruturante, cuja proteção envolve não apenas a preservação da memória histórica, mas também a promoção de ações urbanísticas, ambientais e educativas que mantenham viva sua relevância no presente e assegurem sua transmissão às gerações futuras.

4.3. Clube do Laço Nabileque

A tradição do laço em Bonito (MS) e em todo o Planalto da Bodoquena tem origem nas antigas comitivas de boiadeiros que percorriam longas distâncias conduzindo o gado entre fazendas e invernadas. Conforme descreve Behr (2024), essas comitivas eram formadas por peões que desempenhavam funções específicas, como ponteiro, fiador e cozinheiro, constituindo uma verdadeira comunidade itinerante. O laço, antes instrumento de trabalho na lida campeira, transformou-se ao longo do tempo em símbolo de destreza e identidade regional, originando os Clubes de Laço, responsáveis por preservar e difundir essa prática

tradicional do Pantanal sul-mato-grossense. Ver (Figura 29). O clube fica localizado na MS-178 Ver (Figura 28) .

Figura 28 - Localização do Clube do Laço Nabileque



Fonte: Equipe Técnica Plano Diretor (2025).

Figura 29 - Competição de Laço



Fonte: FENÔMENO_DO_LAÇO. Instagram: @fenomeno_do_laco. Disponível em: https://www.instagram.com/fenomeno_do_laco. Acesso em: 25 nov. 2025.

Se a Rota Boiadeira era o elemento dinâmico e fluido da cultura pecuária, o Clube do Laço Nabileque representa sua contraparte estática e institucional. Do ponto de vista urbanístico, o clube é um equipamento de identidade e memória, o espaço físico onde as tradições, os valores e os rituais associados ao universo

do homem pantaneiro e do boiadeiro são preservados, praticados e celebrados. Ele funciona como uma âncora espacial para uma cultura que, em sua essência, era itinerante.

A origem do clube remonta à constituição de uma área localizada no bairro Jardim Andréia, cuja posse teria ocorrido por meio de doação do senhor Ivo Vargas, conforme relato mais recorrente entre os associados, embora existam versões que mencionam aquisição coletiva. Com o passar do tempo, o local consolidou-se como associação particular, composta atualmente por 82 sócios-proprietários, e mantém sua sustentabilidade financeira por meio de contribuições anuais simbólicas, tradicionalmente referidas como “um boi por ano”, além da locação do espaço para eventos e apresentações artísticas.

A criação do Clube do Laço Nabileque representa a formalização de práticas sociais que já existiam de forma difusa no território. Ao delimitar um espaço específico para as competições de laço, festas e encontros, a comunidade criou um polo de referência para a cultura boiadeira. Ver (Figura 30). Este equipamento não é isolado da vida urbana; pelo contrário, ele se conecta a ela de forma cíclica e potente. A participação do clube na organização da cavalgada da Festa de São Pedro, por exemplo, é um evento urbanístico que reativa a memória da Rota Boiadeira, trazendo os cavalos e os cavaleiros de volta ao centro da cidade e refazendo, simbolicamente, os antigos caminhos (Bonito Mais, 2022; O Pantaneiro, 2023).

Figura 30 – Vista aérea do Clube do Laço Nabileque



Fonte: Instagram @canal_do_laco.

Acesso em https://www.instagram.com/fenomeno_do_laco 11 nov. 2025

O Clube do Laço Nabileque, portanto, desempenha um duplo papel. Internamente, ele promove a coesão social entre os praticantes e entusiastas da cultura do laço, garantindo a transmissão de habilidades e tradições entre gerações. Externamente, ele funciona como uma vitrine dessa identidade para o restante da cidade e para os visitantes, afirmando a importância da herança pantaneira na formação de Bonito. Para o planejamento urbano, o clube deve ser reconhecido como um importante polo cultural e de lazer, um espaço que salvaguarda um patrimônio imaterial de valor inestimável e que contribui para a diversidade da oferta cultural e turística do município, reforçando a autenticidade e a profundidade histórica do lugar.

4.4. Sinhozinho

É durante o período nos anos 1940 que surge a figura do Sinhozinho como uma referência importante na religiosidade popular de Bonito, pois era conhecido como um *“homem que trazia clareza com a sua sabedoria santa, instruía a terra firme, onde não existia nada”* e que, para os habitantes da região, se *“apresentava de forma atrativa, desinibida, mágica, audaciosa e rígida com poder curativo, autônomo e vivia entre os frágeis e fortes sem fazer qualquer distinção de classe”* (Carmo, 2020, p. 58). Ver (Figura 31, Figura 32)

Figura 31 - Sinhozinho



Fonte: Portal Bonito, 2015.

Figura 32 – Sinhozinho reconstituído por IA

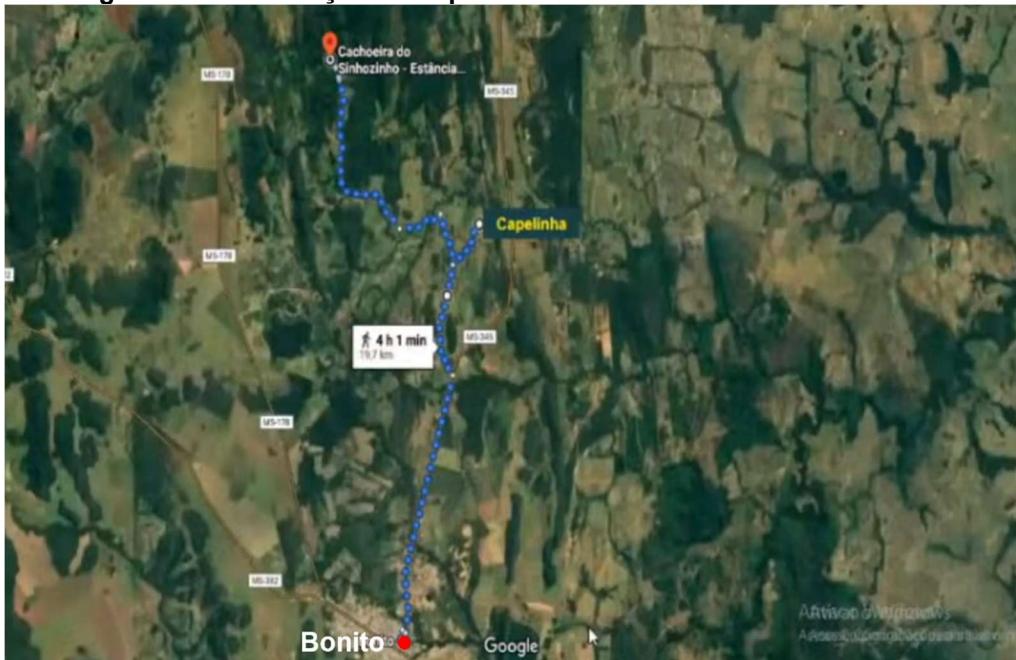


Imagen gerada por IA Manus Lite 1.5 com base nas descrições populares do Sinhozinho

Os relatos dos que conviveram com ele são quase sempre conflitantes, mas o descrevem como “*Sinhozinho segurava um cajado e utilizava uma veste azul ao lado dos seus carneirinhos em volta*” (Carmo, 2017, p. 63) e até mesmo o “*afirma como santo, narrando como era nítida a sua gentileza e solidariedade, diferente de ver, comprehensível e acessível de compaixão com o próximo enquanto era vivo*” (Carmo, 2020, p. 58) onde “*curava os enfermos utilizando ervas medicinais, um copo com cinza e água benzida*” (Bonito, 2025).

A imagem a seguir apresenta pontos de interesse histórico envolvendo a região e o Sinhozinho.

Figura 33 - Localização da Capelinha e da Cachoeira do Senhorzinho



Fonte: BANDUCCI, Álvaro. Sinhozinho, a história que Bonito pouco conta. Série: Aprendendo com os guias turísticos de Bonito. São Paulo: Instituto de Geociências da USP, 2023. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AMeafl-nXg>. Acesso em: 09 nov. 2025.

Figura 34 – Texto disponível na Capela do Sinhozinho, Bonito.



Fonte: Equipe Técnica Plano Diretor, 17 setembro 2025.

As narrativas também o apresentam como um caminhante que visitava as fazendas e com seu poder curativo “levando os seus conhecimentos religiosos às casas de inúmeras pessoas enfermas para um tratamento caseiro atrelado à

saúde desses homens e mulheres expostos ao perigo do ambiente" (Carmo, 2020, p. 58). Conforme mostra a reza na

Figura 34.

Também foi relatado durante a visita da equipe, que o Sinhozinho, construiu além de cruzes, capelas em madeira conforme mostrado pela (Figura 35).

Figura 35 – Capela construída em madeira pelo Sinhozinho, primeiro templo.



Fonte: Equipe Técnica Plano Diretor, 17 setembro 2025.

Segundo as pessoas que conviveram com ele, dentre as suas muitas atividades também "Fincava cruzes, andava com um rosário e carneiros e esse mutirão em seu entorno foi aumentando até que os seus aliados já trabalhavam em prol de uma obra, coletivizando alimentos na fazenda do seu Hilário". E é neste local, nas cercanias de Bonito, que foi erguida uma cruz simbólica onde "Sinhozinho deu ordens para que os seus homens buscassem à imagem de Nossa Senhora Aparecida, dando início a primeira romaria na qual a evolução do rito é uma prática evidente que tem manifestado há décadas" (Carmo, 2020, p. 57). Ver a (Figura 36 e Figura 37).

Figura 36 – Capela da Peregrinação do Sinhозinho



Fonte: Equipe Técnica Plano Diretor, 17 setembro 2025.

O Sinhозinho viveu em Bonito durante os anos de 1940 a 1944 onde é descrito pela narrativa popular que, exatamente neste último ano, ele foi “*preso e denunciado, o levaram sob tortura através do filho de um farmacêutico, chefe da captura para o presídio de Ponta-Porã. Surge assim a descrição de como o mataram jogando seus pedaços destroçados no Corguinho no ano de 1944, hoje visto como fonte sagrada*” (Carmo, 2020, p. 58).

Figura 37 - Peregrinação à Capela do Sinhозinho, sem data.



Fonte: Bonito, página eletrônica da Prefeitura, 2025.

4.5. Silvino Jacques

A história de Silvino Hermínio Jacques (1906–1939) (Figura 38) é uma das mais emblemáticas e controversas do antigo sul de Mato Grosso, marcada por elementos de heroísmo, tragédia e mito. Nascido em São Borja (RS), de origem simples, Silvino foi criado em meio às tradições gaúchas e desenvolveu desde cedo um temperamento forte e aventureiro. Serviu ao Exército e chegou a receber a patente de capitão da Guarda Nacional em 1932, ocasião em que comandou cerca de quinhentos homens. Era um homem de festas, sanfoneiro, trovador e apreciador do churrasco, qualidades típicas do homem de fronteira, mas que, somadas a seu senso de vingança, acabaram conduzindo-o a uma trajetória de fuga e enfrentamento com as autoridades (BEHR, 2024; IBANHES, 2019).

Após sua participação na Revolução Constitucionalista de 1932, Silvino rompeu com a legalidade e passou a viver à margem da lei. Embrenhou-se nas matas e nos campos do sudoeste de Mato Grosso uno, região que abrange hoje os municípios de Bonito, Bela Vista, Jardim e Caracol, liderando um grupo de homens armados que desafiava o poder constituído. Sua figura adquiriu contornos ambíguos: para alguns, um criminoso perigoso; para outros, um justiciero, defensor dos humildes e inimigo dos poderosos. Essa dualidade fez com que fosse conhecido popularmente como o “Lampião de Mato Grosso”, símbolo de coragem, rebeldia e resistência popular (CRUZ, 2025).

Segundo relatos compilados por Brígido Ibanhes (1995; 2019) e recontados por Behr (2024), Silvino Jacques chegou a Bonito por volta de 1933, sob nome falso, e ali encontrou refúgio e simpatia da população local. Trabalhou como chofer, mascate e fotógrafo, mas continuava envolvido em conflitos armados e em fugas frequentes das forças policiais. As descrições de Ibanhes o retratam como um homem de aparência marcante, com chapéu de barbicacho, bombachas largas e um revólver calibre 44 pendurado no coldre, acompanhado de um violão, símbolos de sua vida dupla de músico boêmio e bandoleiro temido. Apesar das acusações de crimes e mortes atribuídas a ele, Silvino mantinha forte laço afetivo com os moradores de Bonito, onde era reconhecido por sua generosidade e pelo modo afável de tratar os amigos.

A ligação mais profunda de Silvino Jacques com Bonito se deu por meio de Almerinda de Góes Falcão, conhecida como Raída, palavra guarani que significa “boca pequena”. Raída tinha apenas 18 anos quando conheceu Silvino e se tornou sua fiel companheira de aventuras e lutas. Juntos, viveram uma intensa história de amor e enfrentamento, marcada por perseguições e fugas. Segundo depoimentos de sua filha Juracy Falcão Jacques, Raída nunca foi ferida em combate, mas foi obrigada a se esconder diversas vezes e, após a morte de Silvino, fixou residência definitiva em Bonito. Tornou-se uma figura respeitada e símbolo de resistência feminina, sendo lembrada até hoje por sua coragem e inteligência. A Casa da Memória Raída, em Bonito, mantém parte de seu acervo pessoal e objetos ligados à trajetória de Silvino, preservando essa importante memória da fronteira (CASA DA MEMÓRIA RAÍDA, [2016?]).

A biografia de Silvino Jacques, como destaca Behr (2024), mistura realidade e lenda. O autor o apresenta como um personagem que viveu entre a glória e a perseguição, um homem que conheceu o poder e a queda, alternando entre o papel de herói e o de foragido. Suas próprias trovas e poemas, registrados por familiares e compilados por Ibanhes, revelam um lado melancólico e introspectivo. Em versos simples, Silvino expressava o peso da culpa, o arrependimento e a consciência do destino trágico que o aguardava:

*“Sempre fui perseguido
Por um ruim e triste destino,
Até chegar ao ponto
De ser um homem felino.
E o meu nome ser comentado
Com fama de assassino.”*

(BEHR, 2024, p. 170)

A morte de Silvino Jacques, ocorrida em 1939, encerrou de forma dramática sua trajetória. Segundo Ibanhes, foi capturado e morto em confronto com forças comandadas pelo delegado Orcio dos Santos, na Fazenda Aurora, em Jardim, após ter sido traído por um informante. Seu corpo foi encontrado estendido em uma rede, baleado e desfigurado, sendo posteriormente enterrado no local. Relatos orais indicam que o delegado teria levado as orelhas de Silvino como prova de sua morte, um ato que, embora bárbaro, simbolizou o fim do homem e

o início do mito. Seu túmulo, em meio a um capão de matas de difícil acesso, ainda é visitado por curiosos e admiradores do “último dos bandoleiros” (IBANHES, 1995; BEHR, 2024).

A permanência da memória de Silvino Jacques e Raída ultrapassa a dimensão histórica e atinge o campo do planejamento territorial contemporâneo. A Casa da Memória Raída, reconhecida como Ponto de Memória pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2023), constitui-se como espaço de museologia social e educação patrimonial. Durante a visita técnica realizada pela equipe do Plano Diretor de Bonito (MS), observou-se a relevância do trabalho de Fernanda Reverdito, descendente direta do casal, que mantém viva essa narrativa por meio de apresentações teatrais, poesia e arte popular (REVERDITO, 2025).

Figura 38 - Silvino Jacques sem data indicada.



Fonte: CAPITÃO SILVINO JACQUES. Página no Facebook [página no Facebook]. Disponível em: <https://www.facebook.com/capitaosilvinojacques/>. Acesso em: 13 dez. 2025.

Essa prática de preservação ativa fundamenta propostas atuais como o “Caminho da Fé”, rota temática que articula cultura, espiritualidade e história

local, conectando a Casa da Memória Raída a outros pontos simbólicos da cidade, como a Capela do Sinhozinho e o antigo cemitério municipal. Dessa forma, a trajetória de Silvino Jacques e Raída não permanece apenas na lembrança popular, mas transforma-se em instrumento de valorização cultural e de planejamento urbano, reforçando a importância da memória coletiva na construção das diretrizes do novo Plano Diretor de Bonito (MS).

Com o tempo, Silvino Jacques ultrapassou as fronteiras do fato histórico e tornou-se uma figura mitológica, o gaúcho-guaicuru que encarnava a síntese da bravura, da solidão e da rebeldia fronteiriça. Sua vida representa não apenas a história de um homem, mas a de um período em que o sertão mato-grossense ainda era espaço de disputa, honra e sobrevivência. Em Bonito, a memória de Silvino e Raída permanece viva como parte da identidade regional, lembrando que a história do município se faz também de personagens marcados pela contradição entre a lei e a liberdade, entre o mito e a realidade.

4.6. Grutas

Bonito é reconhecido por suas águas cristalinas (Figura 2), cavernas, grutas, dolinas e banhados, ou seja, um patrimônio natural que está ligado à sua identidade econômica e social. As bacias dos rios Formoso, Prata e Peixe, por exemplo, são amplamente divulgadas em circuitos turísticos e científicos devido à sua transparência e cristalinidade, biodiversidade aquática e relevância ecológica.

O sistema de cavernas de Bonito constitui um dos mais relevantes marcos paisagísticos e identitários do município, com forte influência sobre sua formação territorial, cultural e turística. A presença de grandes cavidades naturais associadas a rios subterrâneos e aquíferos cristalinos não representa apenas um fenômeno geomorfológico singular, mas também um dos primeiros elementos que projetaram Bonito no cenário nacional e, posteriormente, internacional.

O reconhecimento institucional desse patrimônio ocorreu em 1978, quando o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tombou dois

importantes monumentos naturais: a Gruta do Lago Azul e a Gruta de Nossa Senhora Aparecida (IPHAN, 1978). O tombamento consolidou oficialmente o valor paisagístico e científico das cavidades, garantindo instrumentos de preservação e manejo ambiental.

A Gruta do Lago Azul que pode ser observada na Figura 39, tornou-se o principal cartão-postal de Bonito e símbolo de sua paisagem subterrânea. Seu salão principal abriga um lago de mais de 50 metros de extensão e recebe iluminação natural por meio de uma abertura circular no topo da caverna, produzindo tonalidades azuladas de alta intensidade durante determinados períodos do ano. Além de seu valor cênico, o sítio tem relevância científica para as áreas de espeleologia, paleontologia e conservação da biodiversidade, com achados registrados de fósseis de megafauna pleistocênica. A gruta é aberta à visitação turística controlada, com normas de manejo e monitoramento definidas para garantir sua integridade ambiental.

Figura 39 - Gruta do Lago Azul



Fonte: IPHAN (2020)

A Gruta de Nossa Senhora Aparecida, embora também tombada pelo IPHAN, possui características distintas. Ver (Figura 40). Situada em área particular e não aberta à visitação, destaca-se pelo valor simbólico atribuído pelas populações locais, que historicamente associaram a cavidade à devoção religiosa e à proteção espiritual. Mesmo com acesso restrito, o sítio mantém importância

como elemento cultural e de memória, compondo o imaginário territorial de Bonito.

Figura 40 - Gruta de Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Garcia (2025).

Para além do valor científico e turístico, o conjunto de grutas exerce papel central na consolidação da identidade contemporânea do município. A imagem do Lago Azul, utilizada amplamente em materiais de divulgação institucional, consolidou-se como representação da “terra das águas cristalinas”, reforçando a lógica de desenvolvimento territorial vinculada ao ecoturismo, à conservação e à valorização dos recursos naturais.

Assim, a proteção e o manejo das grutas não se restringem à conservação de um patrimônio natural, mas envolvem também a salvaguarda de um símbolo estruturante da identidade bonitense, articulando paisagem, cultura, memória e desenvolvimento sustentável.

Considerações

A criação formal do município de Bonito, em 1948, pode ser entendida como a culminância institucional de um processo de enraizamento territorial. Entretanto, tal emancipação não ocorreu em um vácuo político, mas reafirmou as estruturas de dominação fundiária e as assimetrias herdadas da ocupação colonial. A constituição do poder local se baseou, em grande medida, na legitimação das elites agrárias, consolidando um regime simbólico que exaltava o pioneirismo, a

bravura e a tradição dos “fundadores” — como retratado em fontes oficiais e publicações comemorativas como Crônicas Históricas do Município de Bonito.

Bourdieu (1992) destaca que o monopólio sobre os mecanismos de consagração simbólica — como a nomeação de ruas, a monumentalização da memória ou a celebração de figuras fundadoras — é fundamental para naturalizar determinadas versões da história e do espaço. Em Bonito, esse processo implicou a redução de outras narrativas: indígenas, camponesas, negras e periféricas.

Por isso, é necessário compreender a identidade territorial não como essência, mas como campo de disputas por reconhecimento, pertencimento e visibilidade (AGIER, 2011). Conforme demonstra Costa (2015), diferentes formas de pertencimento coexistem no território: há o Bonito da tradição oral, narrado por famílias de pequenos produtores e trabalhadores rurais; o Bonito das memórias indígenas silenciadas; e o Bonito dos novos moradores atraídos pelo turismo. Firmino de Barros (1976), em suas memórias, evoca um território em transformação, cujos sentidos variam de acordo com o lugar social do narrador.

5. Território em Transformação: Contemporaneidades e Desafios

A inflexão para o turismo a partir da década de 1980 intensificou esse processo de reconfiguração simbólica. A imagem de Bonito como “*paraíso ecológico*” ou “*cidade das águas cristalinas*” passou a disputar espaço com a memória agrária e os vínculos históricos com a terra. Como observa Porto-Gonçalves (2006), a paisagem não é neutra: ela é interpretada, vendida, protegida e apropriada segundo interesses específicos. David Harvey (1996) também alerta para o risco de “*compressão espaço-temporal*” do lugar, quando identidades são capturadas por discursos mercadológicos que promovem o apagamento de conflitos e algumas desigualdades históricas.

As últimas décadas do século XX e os primeiros anos do século XXI marcaram uma inflexão profunda na organização territorial de Bonito. De um município com base agrária, sociabilidade local enraizada e relativo isolamento logístico, a cidade passou a integrar com relevância circuitos nacionais e internacionais de turismo ambiental, consolidando-se como destino emblemático do ecoturismo brasileiro. Essa reconfiguração, contudo, não se deu sem contradições: ao promover uma nova racionalidade territorial — centrada na valorização estética, econômica e simbólica da natureza — o turismo também produziu exclusões, deslocamentos e novos conflitos materiais e simbólicos.

Dados do Ministério do Turismo apontam que o fluxo anual de visitantes em Bonito ultrapassou 250 mil pessoas em 2023, com forte concentração sazonal nos meses de férias escolares. Embora planos de gestão ambiental e turística tenham evoluído — como o sistema do voucher único — estudos da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD (2020) e do SNV (2022) revelam efeitos adversos sobre comunidades locais, como o aumento do custo de vida, a concentração de renda no setor turístico corporativo e a pressão sobre áreas de agricultura familiar e territórios tradicionalmente ocupados.

O processo de modernização territorial de Bonito deve ser compreendido como parte de uma reestruturação produtiva sob os marcos do capitalismo periférico, na qual a natureza deixa de ser apenas recurso natural e adquire também a

função simbólica e experiencial — disponível em roteiros turísticos e imagens (HARVEY, 1996; HELFRICH, 2012). As paisagens naturais — rios, grutas, cavernas, florestas — tornam-se ativos econômicos e operam como dispositivos de atração, mobilizando fluxos de capital e visitantes, mas também de controle social e disciplinamento espacial. Como argumenta Massey (1994), os lugares se tornam "*espaços de circulação desigual de poder*", cuja identidade é performada em função de abordagens econômicas, socioambientais locais e globais.

Essa transformação impacta profundamente a configuração urbana, fundiária e simbólica de Bonito. A partir dos anos 1990, o município experimenta um acelerado processo de expansão da malha urbana, motivado por investimentos em infraestrutura turística, especulação imobiliária e urbanização precária nas bordas da cidade. A paisagem rural cede lugar à cidade fragmentada, na qual coexistem áreas protegidas — voltadas ao ecoturismo — e zonas marginalizadas, submetidas à precariedade habitacional, à pressão sobre o solo e à degradação ambiental periférica (ROLNIK, 2015). Como observa Porto-Gonçalves (2006), esse tipo de reconfiguração espacial implica o choque entre lógicas de territorialidade distintas: de um lado, a lógica da economia turística e da conservação instrumentalizada; de outro, os modos de vida tradicionais, camponeses e indígenas, ameaçados pelo reordenamento do espaço segundo critérios de valorização financeira e marketing ambiental. A coexistência forçada dessas lógicas aprofunda desigualdades territoriais, que se expressam na forma de exclusão simbólica, deslocamento territorial e apagamento institucional.

A gestão pública do território enfrenta o constante desafio de mediar interesses que se manifestam antagônicos e conciliar pressões. De um lado, a pressão por crescimento econômico e competitividade turística; de outro, a urgência por justiça territorial e climática, preservação ambiental com protagonismo local e reconhecimento da pluralidade de formas de vida e múltiplos pertencimentos. Como observa Vainer (2000), os “lugares do capital” nem sempre coincidem com os “lugares da vida”, e é no desencontro entre essas territorialidades que podem emergir os conflitos sociais.

O Quadro 1 sintetiza os principais períodos de transformação territorial de Bonito (MS) articulando eventos históricos, lógicas de apropriação do espaço e autores de referência que embasam a análise crítica desenvolvida ao longo do capítulo. Ele também reforça a ideia de que o território é uma construção social marcada por descontinuidades, disputas e reinterpretações sucessivas.

Quadro 1 – Síntese dos períodos de transformação territorial em Bonito (MS)

Período	Características principais	Referências principais
Pré-colonial (antes de 1500)	Presença dos povos indígenas Terena, Kadiwéu e outros; territorialidades nômades, cosmológicas e integradas à natureza.	Alencastro (2000); Costa (2015); Pacheco de Oliveira (2016).
Séculos XVI–XVII (colonial inicial)	Delimitação formal pelo Tratado de Tordesilhas; presença colonial rarefeita; entradas e bandeiras no interior.	Braudel (2008); Gorender (2012); Mello e Souza (1999).
Século XVIII	Expansão bandeirante; concessão de sesmarias; formação das primeiras fazendas, como o Rincão Bonito; conflitos com indígenas.	Prado Júnior (2011); Holanda (1976); Costa (2015).
Século XIX	Consolidação das redes locais; estruturação fundiária e de vilas; surgimento de sociabilidades territoriais.	Santos (2006); Barros (1976).
1948 (emancipação)	Criação formal do município; emergência de identidade institucional; exaltação de figuras fundadoras e silenciamento de memórias subalternas.	Costa (2015); Barros (1976); Hall (1996).
Anos 1990–2000	Explosão do ecoturismo; reconfiguração simbólica do território; gentrificação ambiental e valorização seletiva da paisagem.	Harvey (1996); Porto-Gonçalves (2006); Lefebvre (2006).
Atualidade	Conflitos fundiários e identitários; especulação imobiliária; desigualdades na distribuição dos benefícios do turismo; disputas por pertencimento e visibilidade.	Santos (2006); Costa (2015); Harvey (1996); Clementino (2022).

6. Conclusão

A história do território de Bonito, Mato Grosso do Sul, é marcada por continuidades e rupturas que revelam as múltiplas formas de apropriação, produção e significação do espaço ao longo do tempo. Da territorialidade indígena — fundada em cosmologias relacionais e práticas de manejo sustentáveis — às lógicas de conflitos fundiários desde o período colonial, às dinâmicas de ocupação no pós-Guerra da Tríplice Aliança, diversidades contemporâneas de valorização dos recursos ambientais, o território bonitense foi e continua sendo moldado por disputas materiais, simbólicas e políticas.

Adotando uma abordagem materialista histórica, este capítulo procurou evidenciar que o espaço não é um palco neutro onde os eventos se sucedem, mas um produto social historicamente situado, atravessado por conflitos de classe, raça, gênero e pertencimento. A lógica da sesmaria, os ciclos econômicos da pecuária extensiva, a formação das redes de sociabilidade locais, o crescimento urbano desordenado e a ascensão do ecoturismo constituem expressões sucessivas — e por vezes simultâneas — de regimes territoriais que reorganizam a vida cotidiana e as formas de viver, organizar narrar e disputar o lugar.

A construção da identidade territorial de Bonito — mesclada por homogeneidades, espontaneidades e naturalidade — emerge como um campo de disputas simbólicas, em que diferentes grupos sociais lutam pelo direito de significar o espaço, valorizá-lo e nele permanecer. Se, por um lado, narrativas oficiais destacam o pioneirismo, a bravura dos fundadores e a vocação ecológica do município, por outro, permanecem praticamente invisibilizadas as memórias indígenas, camponesas e populares, bem como os saberes tradicionais que contribuíram para a construção material e simbólica do território.

Os desafios atuais — como a pressão urbana sobre áreas rurais, a exclusão de comunidades tradicionais dos circuitos turísticos, as dificuldades institucionais frente à especulação imobiliária, e a abordagem da sustentabilidade como proposta de preservação - não derivam de ausência do interesse da gestão, mas de estruturas socioespaciais profundamente enraizadas na história do território.

Diante desse quadro, o planejamento territorial de Bonito deve contribuir para organizar o território, rural e urbano, e adotar um modelo sustentável, sensível às temporalidades locais, às formas plurais de pertencimento e às demandas por justiça climáticas e territorial. Isso implica:

- Valorizar as memórias e narrativas subalternizadas, os espaços e ambientes históricos;
- Reconhecer a diversidade de formas de habitar e produzir o espaço;
- Incorporar mecanismos efetivos de participação social deliberativa, especialmente de grupos historicamente excluídos;
- Superar o dualismo entre conservação e inclusão, articulando ecologia, justiça climática, sustentabilidade, solidariedade, equidade e democracia.

Como sustentam Lefebvre (2006), Santos (2006) e Purcell (2002), o território não é apenas espaço de dominação, mas também campo de possibilidades emancipatórias. Reconhecer o território como construção coletiva — e não como mercadoria ou cenário — é o primeiro passo para garantir que o direito à cidade, à natureza e ao pertencimento não sejam privilégios simbólicos, mas direitos efetivos de todos os habitantes, temporários ou permanentes, visíveis ou silenciados.

7. Considerações Finais

As análises apresentadas neste relatório evidenciam que a história do território de Bonito (MS) está profundamente marcada por processos de disputa, resistência e reinvenção social, os quais devem ser reconhecidos e incorporados como base para a construção de políticas públicas mais justas e inclusivas. O reconhecimento das diferentes formas de pertencimento e das múltiplas territorialidades é essencial para orientar decisões que respeitem a diversidade social, cultural e ambiental do município.

Neste sentido, o Plano Diretor deve assumir um papel estratégico na superação das desigualdades historicamente acumuladas, promovendo o equilíbrio entre conservação ambiental, valorização dos modos de vida locais e democratização do acesso à terra, à moradia e aos serviços urbanos. A valorização da memória, a escuta qualificada da população e a integração entre diferentes saberes fortalecem o compromisso com um planejamento verdadeiramente participativo.

As etapas seguintes da revisão devem aprofundar esse compromisso, consolidando diretrizes e instrumentos capazes de promover o direito ao território para todos os habitantes de Bonito (MS). Com base em evidências históricas e na escuta ativa da sociedade, o Plano Diretor poderá cumprir sua função estruturante como instrumento de transformação democrática, equitativa e sustentável do espaço urbano, periurbano e rural.

8. Referências

8.1. Referências Bibliográficas

- AGIER, Michel. *Identidades em questão: poder, exclusão, identificação*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1995.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1958.
- BARROS, Firmino de. *Crônicas históricas do município de Bonito*. Bonito: s.n., 1976.
- BONITO (MS). Prefeitura Municipal. *Bonito: a terra prometida*. Bonito: Prefeitura Municipal / Biblioteca Simplício de Assis, [s.d.].
- BONITO (MS). Prefeitura Municipal. *Bonito – o gigante adormecido: cidade turística*. Bonito: Prefeitura Municipal / Biblioteca Simplício de Assis, 1973.
- BONITO (MS). Prefeitura Municipal. *Festa de São Pedro Apóstolo: a festa mais antiga de Bonito começa nesta sexta-feira*. Bonito, 13 jun. 2016. Disponível em: <https://www.bonito.ms.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2025.
- BONITO INFORMA. *Matriz de Bonito une religião, história e obras sociais em um só espaço*. Bonito, 3 out. 2025. Disponível em: <https://www.bonitoinforma.com.br>. Acesso em: 28 out. 2025.
- BONITO MAIS. *Praça da Liberdade vira palco da 92ª Festa de São Pedro Apóstolo neste sábado*. Bonito, 25 jun. 2022. Disponível em: <https://www.bonitomais.com.br>. Acesso em: 28 out. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CINTRA, José Ribeiro. *Memórias da família Cintra*. Manuscrito. [s.l.], [s.d.].

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

CLEMENTINO, Júlia. *A cidade das águas cristalinas: memória, paisagem e turismo em Bonito (MS)*. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022.

COSTA, Carla. *Turismo, memória e identidade territorial em Bonito/MS*. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.

FAUSTO, Carlos. *Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GORENDER, Jacob. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 24. ed. São Paulo: Ática, 2012.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1996.

HARLEY, John B. Deconstructing the map. *Cartographica*, v. 26, n. 2, p. 1–20, 1989.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1996.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 2008.

HELFRICH, Silke. O valor inestimável: sobre o sentido dos bens comuns. In: HELFRICH, S.; HEINRICH-BÖLL-STIFTUNG (org.). *Bens comuns: uma alternativa ao capitalismo*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

LIMA, Pedro Francelino de; FALCÃO, Theodorico de Góes. *Memórias da formação de Bonito*. Bonito: s.n., 2024.

MAGALHÃES, Gilberto da Silva. *A Fazenda Serradinho e os trabalhadores rurais em Bonito-MS: 1950–1980*. Campo Grande: EdUFMS, 2010.

MASSEY, Doreen. *Space, place and gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2011.

MELLO E SOUZA, Laura de. *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MONTEIRO, John M. *Negros da terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MS NA REDE. *Após 15 anos, Bonito celebra missa de São Pedro em nova Igreja Matriz*. Campo Grande, 27 jun. 2025. Disponível em: <https://www.msnarede.com.br>. Acesso em: 28 out. 2025.

O PANTANEIRO. *Começou Bonito! 93ª Cavalgada de São Pedro Apóstolo!*. Bonito, 29 jun. 2023. Disponível em: <https://www.opantaneiro.com.br>. Acesso em: 28 out. 2025.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. *O nascimento do Brasil e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PETINARI, Lizandra Meneses et al. A Festa de São Pedro como atração cultural turística no município de Bonito (MS). *Multitemas*, Campo Grande, n. 27, p. 22–38, 2002. Disponível em: <https://www.multitemas.ucdb.br>. Acesso em: 27 out. 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2011.

PURCELL, Mark. Excavating Lefebvre. *GeoJournal*, v. 58, p. 99–108, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *Revista Peruana de Sociologia*, n. 1, p. 1–20, 2000.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SEBRAE/MS. *Todos fazendo Bonito: uma história de desenvolvimento territorial*. Campo Grande: SEBRAE/MS, 2015.

SILVEIRA, Mauro Cesar. *A retirada da Laguna desvela insanidade bélica e mostra cruel atualidade*. Jornalismo & História: Tempo de Pausa, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://jornalismoehistoria.sites.ufsc.br>. Acesso em: ago. 2025.

THOMPSON, Edward P. *Miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000.

8.2. Páginas Eletrônicas Institucionais

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso: 05/02/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO. Disponível em: <https://www.bonito.ms.gov.br/>. Acesso: 20/02/2025.

SEMADESC. Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://www.semadesc.ms.gov.br/>. Acesso: 05/02/2025.

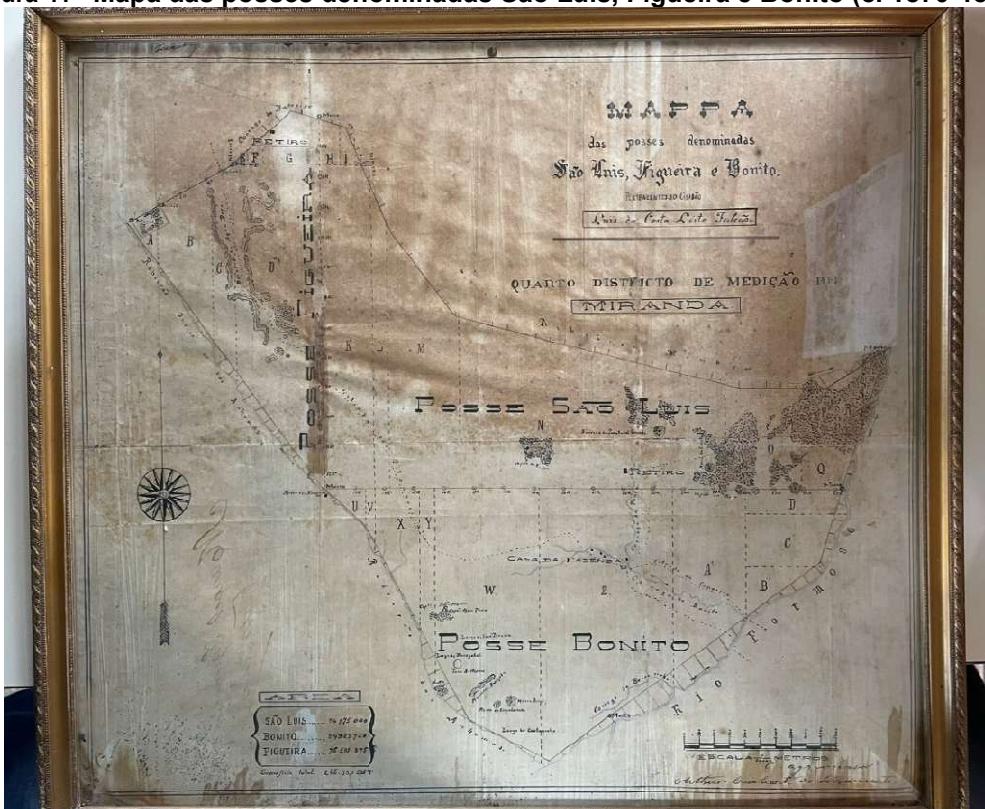
UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://ufrj.br/>. Acesso: 05/02/2025.

IVIG. Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais. Disponível em: <https://ivig.coppe.ufrj.br/>. Acesso: 05/02/2025.

9. APENSOS

9.1. Fotografia Original do Mapa das posses denominadas São Luis, Figueira e Bonito (c. 1870-1885)

Figura 41 - Mapa das posses denominadas São Luis, Figueira e Bonito (c. 1870-1885)



Fotografia: Equipe do Plano Diretor, 2025. Fonte: Biblioteca Municipal de Bonito.

Comparação entre as imagens:

Figura 42 – Fotografia Original

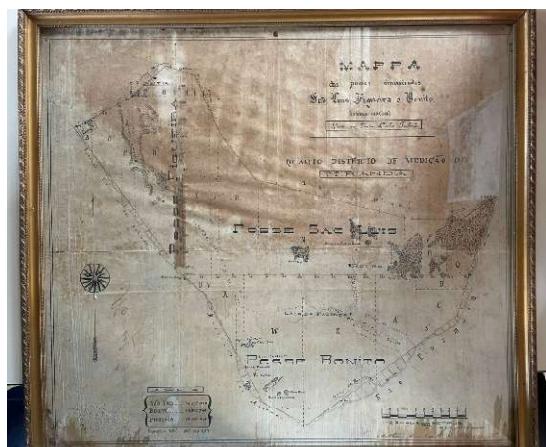
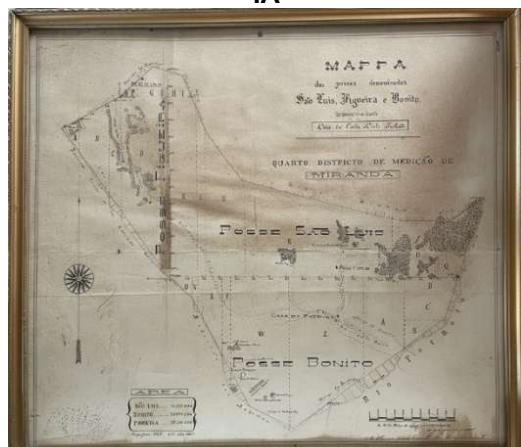


Figura 43 – Fotografia aprimorado por Manus IA



Fotografia: Equipe do Plano Diretor, 2025. Fonte: Biblioteca Municipal de Bonito.

9.2. Camadas Temporais do Núcleo Urbano de Bonito (MS)

Quadro 2 - Camadas Temporais do Núcleo Urbano de Bonito

Data	Local / Evento	Fonte
1869	Chegada do Capitão Luiz da Costa Leite Falcão; início da ocupação permanente na Fazenda Rincão Bonito.	Prefeitura de Bonito; Barros (1976); Behr (2024).
11 jun. 1915	Criação do Distrito de Paz de Bonito, desmembrado de Miranda.	Lei Estadual nº 693/1915.
1927	Fundação formal de Bonito como núcleo urbano.	Prefeitura de Bonito; Behr (2024).
ca. 1928	Construção da primeira capela dedicada a São Pedro Apóstolo (embrião da futura Igreja Matriz).	Costa (2010); Barros (1976); Behr (2024).
Década de 1930	Formação e nomeação da Praça da Liberdade como espaço público central.	Prefeitura de Bonito; Barros (1976).
1930–1940	Consolidação do núcleo urbano com casas, comércios e serviços ao redor da igreja e da praça.	Costa (2010); Behr (2024).
Década de 1940	Intensificação da circulação na Rua Coronel Pilad Rebuá (procissões, comércios, cavalgadas).	Acervos fotográficos; Costa (2010).
21 set. 1943	Bonito é anexado ao Território Federal de Ponta Porã.	Decreto-Lei nº 5.839/1943.
18 set. 1946	Bonito é reintegrado ao estado de Mato Grosso.	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – Constituição de 1946.
02 out. 1948	Criação oficial do Município de Bonito.	Lei Estadual nº 145/1948.
30 dez. 1953	Bonito é mantido como sede municipal no quadro territorial.	Decreto nº 1.738/1953.
Década de 1950	Adensamento de edificações em alvenaria e comércios formais no entorno da Pilad Rebuá e da Praça da Liberdade.	Costa (2010); acervos fotográficos; Barros (1976).
1957	Reforma da Igreja Matriz (ampliação e substituição parcial da estrutura original).	Arquivo da Paróquia São Pedro Apóstolo; relatos locais.
1960–1965	Reforma e urbanização da Praça da Liberdade (ajardinamento, bancos, iluminação pública).	Registros municipais; fotos da década.
1970–1975	Alterações na fachada e nave da Igreja Matriz; obras de manutenção.	Arquivo paroquial; entrevistas históricas.
1977	Bonito passa a integrar o estado de Mato Grosso do Sul.	Lei Complementar Federal nº 31/1977.
1982–1985	Requalificação urbana da Praça da Liberdade e readequação de vias do entorno.	Prefeitura de Bonito; Secretaria de Obras.
1992	Revitalização parcial da Pilad Rebuá para atender ao turismo emergente.	Prefeitura de Bonito; arquivos do Plano Diretor.
2008	Grande reforma da Igreja Matriz, com atualização estrutural e espacial interna.	Paróquia São Pedro Apóstolo; Diocese de Jardim.
2020–2022	Revitalização da Praça da Liberdade: novo piso, bancos, iluminação e paisagismo.	Prefeitura de Bonito; Secretaria de Obras.
2025 (previsto)	Conclusão da reforma total e modernização da Igreja Matriz (novo templo).	Paróquia São Pedro Apóstolo; Diocese de Jardim.

9.3. Estrutura histórica dos capítulos

Quadro comparativo dos conflitos territoriais contemporâneos

Capítulo	Conteúdo revisado	Período histórico coberto
Capítulo 2 – O Espaço Original e as Primeiras Disputas Coloniais	Formação inicial do território de Bonito a partir das territorialidades indígenas (Guaicuru, Terena, Kadiwéu, Guarani).	Antes de 1500
	Organização social baseada na relação simbiótica com a natureza e na espiritualidade da paisagem.	Antes de 1500
	Impactos do Tratado de Tordesilhas e das primeiras incursões coloniais portuguesas e espanholas.	Séculos XVI e XVII
	Presença de jesuítas e bandeirantes nas rotas de exploração.	Século XVII
	Início dos conflitos e processos de dominação sobre os povos originários.	Séculos XVII e XVIII
	Transformação do território sagrado em espaço de disputa e apropriação.	Séculos XVII e XVIII
Capítulo 3 – Ocupação Colonial e Primeiros Assentamentos	Consolidação das sesmarias e criação das primeiras fazendas no território sul-mato-grossense.	Século XVIII
	Fundação da Fazenda Rincão Bonito (1869) como marco da ocupação permanente.	Século XIX
	Expansão das rotas boiadeiras entre Miranda, Nioaque e Bonito.	Século XIX
	Participação de descendentes de indígenas e ex-escravizados na formação das fazendas, conforme Magalhães (2010).	Final do século XIX
	Permanência das relações de dependência e hierarquia herdadas da escravidão.	Séculos XIX e XX
	Estruturação de vilas, capelas e práticas religiosas rurais como base da sociabilidade.	Século XIX
	Mistura cultural e sincretismo entre tradições indígenas, africanas e católicas.	Séculos XIX e XX
	Formação de comunidades negras e indígenas invisibilizadas nos registros oficiais.	Século XX
	Continuidade das desigualdades sociais no campo.	Século XX

Capítulo	Conteúdo revisado	Período histórico coberto
Capítulo 4 – Da Terra ao Lugar: Construção da Identidade Territorial	Consolidação do núcleo urbano e da identidade territorial de Bonito.	Início do século XX
	Integração da Rua Coronel Pilad Rebuá como eixo histórico, urbano e simbólico da cidade.	Início a meados do século XX
	Formação da Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo e da Praça da Liberdade como marcos fundadores.	Décadas de 1920 e 1930
	Desenvolvimento de uma paisagem urbana ligada à fé, ao trabalho e à convivência comunitária.	Décadas de 1930 a 1950
	Permanência das tradições rurais e religiosas nas festas populares.	Décadas de 1940 e 1950
	Valorização da religiosidade popular e da figura do Sinhazinho como símbolo de fé e solidariedade.	Década de 1940
	Influência das culturas indígena e afrodescendente nas práticas sociais e espirituais.	Séculos XIX e XX
	Início do turismo de natureza e valorização das belezas naturais como novos elementos identitários.	Décadas de 1980 e 1990
	Transição da pecuária e agropecuária para o turismo, mantendo vínculos simbólicos com o passado.	Final do século XX
	Expansão do turismo e modernização urbana.	Décadas de 1990 e 2000
Capítulo 5 – Território em Transformação: Modernização e Desafios	Reconfiguração econômica e espacial do território.	Décadas de 1990 e 2000
	Crescimento de empreendimentos turísticos e valorização da paisagem natural como mercadoria.	Décadas de 1990 e 2000
	Pressões ambientais e especulação imobiliária.	Anos 2000 e 2010
	Aumento das desigualdades sociais e da concentração de renda.	Anos 2000 e 2010
	Necessidade de políticas de gestão territorial e sustentabilidade.	Anos 2010 e 2020
	Reconhecimento das culturas indígena e quilombola como parte viva do território contemporâneo.	Anos 2010 e 2020
	Desafio de equilibrar conservação ambiental, turismo e inclusão social.	Até 2025

9.4. Conflitos Territoriais Contemporâneos e Indicadores para o Plano Diretor de Bonito (MS)

Quadro comparativo dos conflitos territoriais contemporâneos

Área de Conflito	Natureza do Conflito	Atores Envolvidos	Causas Estruturais	Consequências
Turismo x Agricultura Familiar	Conflito pelo uso e valorização do solo periurbano e rural.	Proprietários rurais, pequenos agricultores, trade turístico, poder público.	Expansão do turismo como atividade dominante; especulação fundiária; desvalorização da produção alimentar local.	Deslocamento de famílias agricultoras; perda de áreas de cultivo; homogeneização econômica.
Conservação x Moradia Popular	Restrição ao uso de áreas ambientalmente sensíveis para fins habitacionais.	Famílias de baixa renda, Ministério Público, órgãos ambientais, loteadores.	Ausência de política habitacional; crescimento desordenado; valorização de áreas turísticas.	Ocupações irregulares; judicialização; insegurança habitacional.
Turismo Corporativo x Comunidades Tradicionais	Conflito simbólico e econômico sobre a imagem de Bonito (MS) e seus atrativos.	Comunidades locais, guias autônomos, agências nacionais, empreendedores externos.	Mercantilização da natureza; exclusão de saberes locais dos circuitos de valorização simbólica.	Invisibilização cultural; precarização do trabalho; ressentimentos comunitários.

9.5. Considerações Analíticas

Este quadro evidencia que os conflitos territoriais em Bonito (MS) não resultam apenas de falhas pontuais de gestão, mas de estruturas históricas e socioeconômicas herdadas da forma como o território foi apropriado, produzido e narrado. Envolvem disputas por:

- Valores materiais (terra, água, paisagem);
- Valores simbólicos (narrativas, identidade, pertencimento).

Essas disputas correspondem ao que Harvey (1996) define como justiça espacial em disputa, ou seja, a competição entre projetos territoriais conflitantes que reproduzem ou contestam desigualdades históricas. Essa leitura reforça a necessidade de um planejamento territorial crítico, baseado em mecanismos de inclusão e na escuta dos sujeitos historicamente excluídos.

Conflito	Indicador Proposto	Objetivo de Monitoramento	Frequência de Coleta	Fonte / Instrumento de Verificação
Turismo x Agricultura Familiar	% de áreas rurais ocupadas por agricultura familiar no entorno urbano	Avaliar a pressão da urbanização e turismo sobre usos tradicionais da terra.	Bienal	Cadastro Ambiental Rural (CAR), INCRA, SIG municipal.
	Nº de famílias beneficiadas por políticas de apoio à agricultura local (feiras, compras públicas)	Medir a efetividade das políticas compensatórias e de valorização do campesinato.	Anual	Relatórios da Secretaria de Agricultura e Assistência Social.
Conservação x Moradia Popular	Nº de moradias irregulares em áreas de restrição ambiental	Monitorar o déficit habitacional e a pressão sobre áreas protegidas.	Semestral	Fiscalização ambiental; registros da prefeitura e do Ministério Público.
	Existência e efetividade do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)	Verificar se há diretrizes habitacionais coerentes com a conservação territorial.	Atualização a cada 4 anos	Plano Diretor; PLHIS; Leis municipais correlatas.
Turismo Corporativo x Comunidades Tradicionais	Proporção de guias locais e autônomos nos roteiros turísticos homologados	Medir a inclusão socioprofissional dos agentes comunitários no setor turístico.	Anual	Registros do CADASTUR, Associações de Guias, Secretaria de Turismo.
	Nº de iniciativas culturais e educativas apoiadas por fundos turísticos municipais	Avaliar a valorização da cultura local frente à hegemonia de narrativas empresariais.	Anual	Fundo Municipal de Turismo, editais culturais.
Expansão Urbana x Patrimônio Histórico-Ambiental	Área total de bens tombados ameaçados por expansão urbana ou obras públicas	Diagnosticar a eficácia da proteção do patrimônio material.	Anual	Inventário municipal do patrimônio, laudos técnicos do Iphan.
	Existência de zoneamento específico para paisagens culturais e corredores ecológicos urbanos	Avaliar a incorporação do patrimônio e da natureza ao planejamento urbano.	Revisão do Plano Diretor	Lei de uso e ocupação do solo; SIG urbano.
Turismo x Povos Indígenas e Territórios Tradicionais	Nº de territórios indígenas com planos territoriais reconhecidos ou em processo de demarcação	Monitorar o reconhecimento legal das territorialidades originárias.	Anual	Funai, Ministério dos Povos Indígenas, CNPI.
	Participação de representantes indígenas em conselhos municipais de turismo, meio ambiente e cultura	Avaliar a inclusão política e a consulta livre, prévia e informada.	Anual	Atas de conselhos; decretos de nomeação.

9.6. Recomendações para uso no Plano Diretor

- Inclusão dos indicadores como parte de um sistema de monitoramento participativo, com envolvimento dos conselhos municipais, universidades e movimentos sociais locais.
- Desagregação territorial e social dos dados, para capturar desigualdades intraurbanas e rurais.
- Publicação periódica de boletins territoriais, integrados a sistemas de informação geográfica (SIG) e acessíveis ao público.
- Integração dos dados aos instrumentos de revisão e execução do Plano Diretor, fortalecendo o vínculo entre diagnóstico empírico e decisões estratégicas.

Esses indicadores funcionam como instrumentos concretos de justiça espacial (LEFEBVRE, 2006; SANTOS, 2006), permitindo que o Plano Diretor não se restrinja a um ordenamento técnico do solo, mas se afirme como instrumento de transformação democrática do território.

Experiências recentes em municípios como Maricá (RJ), Santarém (PA) e Altamira (PA) mostram a viabilidade de sistemas participativos de monitoramento territorial. Nessas localidades, os indicadores foram elaborados em parceria com universidades públicas, movimentos sociais e comunidades locais, fortalecendo as políticas de planejamento inclusivo e o direito à cidade (PURCELL, 2002; HARVEY, 2008).



REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO
PLANO DIRETOR
DO MUNICÍPIO DE
BONITO – MS

A map of Bonito, MS with a central circular logo containing icons representing various sectors.

PLAN DIRETOR

Bonito - MS